



TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A.

TERMO DE REFERÊNCIA nº TLB-REF-2026/00108

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de Saúde e Segurança do Trabalho em conformidade com a NR-7 do Ministério do Trabalho e Emprego.
NOTA TÉCNICA / DOD DE ORIGEM: TLB-NTE-2026/00307

1. DO OBJETO

1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de Saúde e Segurança do Trabalho, devidamente registrada e habilitada nos órgãos competentes, para elaboração, implementação, coordenação, execução e acompanhamento do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO, em conformidade com a Norma Regulamentadora nº 7 (NR-7), bem como para a elaboração, implementação e acompanhamento do Programa de Gerenciamento de Riscos – PGR, nos termos da NR-1, elaboração do Laudo Técnico das Condições Ambientais do Trabalho – LTCAT, emissão de Laudos de Insalubridade e Periculosidade, quando aplicável, Análise Ergonômica do Trabalho – AET (NR-17), realização de avaliações ambientais e demais programas, exigidos pela legislação trabalhista, incluindo o envio de todas as informações pertinentes ao eSocial, além da execução de outras atividades correlatas à Saúde e Segurança do Trabalho.

1.2. Os serviços de Saúde do Trabalho deverão atender aos(às) empregados(as) e estagiários(as) lotados(as) na Sede da Telebras e no COPE-P, em Brasília/DF, bem como na COPE-S, no Rio de Janeiro/RJ. Para os Escritórios Regionais de Belém/PA, São Paulo/SP, Fortaleza/CE e Porto Alegre/RS, além da prestação dos serviços de Saúde, a contratação abrangerá também os serviços de Segurança do Trabalho, contemplando todas as atividades previstas neste Termo de Referência, observadas as especificidades operacionais e normativas de cada localidade.

1.3. Para fins de execução dos serviços, as unidades contempladas neste Termo de Referência estão localizadas nos seguintes endereços:

LOCAL	ENDEREÇO	QUANTIDADE APROXIMADA DE PESSOAS
SEDE Telecomunicações Brasileiras S.A. TELEBRAS	Edifício Capital Financial Center, Setor de Indústria Gráficas - SIG, Quadra 04, Bloco A, Lotes 75,83,125 e 175, Salas 201,202,214 a 224 - Brasília /DF	558
COPE- P Telecomunicações Brasileiras S.A. TELEBRAS	SHIS, QI 05 Área Especial, Bairro Lago Sul, em terreno da Organização Militar do Comando Geral de operações Aéreas - VI COMAR	



TLBREF202600108A

COPE - S Telecomunicações Brasileiras S.A. TELEBRAS	ESTAÇÃO DE RÁDIO DA MARINHA DO RIO DE JANEIRO Bairro Cacua, Ilha do Governador, Rio de Janeiro/RJ	8
Escritório Regional Belém	Travessa Dom Romualdo De Seixas, 1476 - EDIFÍCIO EVOLUTION, Salas 2305 e 2306 - Umarizal - Belém - PA	4
Escritório Regional São Paulo	Rua Vergueiro 2279 sala 1314 Vila Mariana SP	3
Escritório Regional Porto Alegre	Rua Sete de Setembro, 586 sala 702 - Centro Histórico porto Alegre/RS	3
Escritório Regional Fortaleza	Rua Costa Barros, 915, Edifício Ébano, sala 803 – Centro – Fortaleza/CE -	6

1.4. O quantitativo informado é meramente estimado, podendo variar durante a execução contratual, sem que tal variação gere, automaticamente, direito a revisão ou alteração dos valores pactuados.

2. DA JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

2.1. A presente contratação fundamenta-se no dever legal da TELEBRAS de assegurar a implementação e manutenção das ações de Saúde e Segurança do Trabalho destinadas à promoção, proteção e preservação da saúde e da integridade física de seus(suas) empregados(as), nos termos dos artigos 157 e 158 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, bem como das Normas Regulamentadoras expedidas pelo Ministério do Trabalho e Emprego, especialmente a NR-07 (Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO), a NR-01 (Programa de Gerenciamento de Riscos – PGR) e demais normas aplicáveis.

2.2. Nos termos da NR-07, o PCMSO é obrigatório para todas as organizações que possuam empregados(as) regidos(as) pela CLT, devendo ser elaborado e implementado com base nos riscos ocupacionais identificados no PGR, previsto na NR-01, o qual constitui instrumento essencial da gestão de Segurança do Trabalho.

2.3. O PCMSO integra o conjunto de ações voltadas à Saúde e Segurança do Trabalho, devendo estar harmonizado com o PGR, com os laudos e avaliações ambientais pertinentes, bem como com as demais Normas Regulamentadoras aplicáveis às atividades desenvolvidas no âmbito da organização.

2.4. O Programa tem por finalidade a promoção e preservação da saúde dos(as) empregados(as), mediante a realização dos exames médicos ocupacionais obrigatórios (admissional, periódico, de retorno ao trabalho, de mudança de função e demissional), a emissão dos respectivos Atestados de Saúde Ocupacional – ASOs, o acompanhamento clínico compatível com os riscos ocupacionais existentes e a integração com as ações preventivas de Segurança do Trabalho.

2.5. A adequada execução das ações de Saúde e Segurança do Trabalho contribui para:

- a) o cumprimento das obrigações legais e regulamentares impostas à TELEBRAS;
- b) a redução do absenteísmo decorrente de doenças ocupacionais e acidentes de trabalho;
- c) a mitigação de riscos trabalhistas, previdenciários e administrativos;



- d) a adequação do(a) empregado(a) à função exercida, considerando os riscos ocupacionais identificados;
- e) a prevenção de passivos administrativos e judiciais; e
- f) a melhoria contínua das condições e do ambiente de trabalho, mediante a implementação de medidas de prevenção e controle de riscos.

2.6. O descumprimento das obrigações relativas à Saúde e Segurança do Trabalho, inclusive quanto à implementação do PCMSO, do PGR e demais programas e laudos exigidos, sujeita a empresa às penalidades previstas na legislação trabalhista e nas Normas Regulamentadoras, inclusive à aplicação de multas pelos órgãos de fiscalização competentes.

2.7. Da Necessidade de Exames Específicos – Trabalho em Altura

2.7.1. Considerando os riscos ocupacionais identificados no PGR, verifica-se a existência de atividades enquadradas como trabalho em altura, nos termos da Norma Regulamentadora nº 35 (NR-35), que o define como toda atividade executada acima de 2 (dois) metros do nível inferior, onde haja risco de queda.

2.7.2. Conforme dispõe o item 35.4.1.2 da NR-35, compete ao empregador assegurar que o estado de saúde dos (as) trabalhadores(as) seja avaliado de acordo com a NR-07, devendo os exames e a sistemática de avaliação integrarem o PCMSO, em articulação com as medidas de prevenção previstas no PGR.

2.7.3. Dessa forma, além dos exames ocupacionais previstos no PCMSO, faz-se necessária a realização de exames complementares específicos para os(as) empregados(as) que exercem atividades em altura, tais como Eletroencefalograma (EEG), Audiometria Tonal e Avaliação de Acuidade Visual (incluindo optometria, tonometria e exame de fundo de olho), conforme indicação médica e avaliação dos riscos ocupacionais, para fins de emissão do respectivo ASO.

2.7.4. No que se refere aos serviços de Segurança do Trabalho, esclarece-se que estes serão disponibilizados exclusivamente para os Escritórios Regionais (ERs), considerando a natureza predominantemente administrativa das atividades desenvolvidas nessas unidades. Diferentemente das unidades operacionais (COPEs e Sede), que concentram riscos ocupacionais mais elevados e, por essa razão, possuem contratação específica e segregada, os ERs apresentam, em sua maioria, riscos classificados como baixos, especialmente de ordem ergonômica.

2.7.5. Nesse contexto, a solução proposta contempla a aglutinação dos serviços de Segurança do Trabalho para os Escritórios Regionais em um único instrumento contratual, medida que se mostra adequada sob os aspectos técnico e econômico, garantindo a cobertura necessária aos riscos identificados, sem onerar desproporcionalmente a contratação. Tal abordagem está alinhada ao princípio da eficiência e à racionalização dos recursos, mantendo a conformidade com as normas regulamentadoras aplicáveis e assegurando a proteção à saúde e segurança dos(as) empregados(as).

2.8. Da Natureza Contínua do Serviço

2.8.1. Os serviços de Saúde e Segurança do Trabalho caracterizam-se como serviços de natureza contínua, por serem indispensáveis ao regular funcionamento das atividades administrativas e operacionais e ao cumprimento permanente das obrigações legais trabalhistas e previdenciárias, especialmente aquelas previstas nos artigos 157 e 158 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, bem como nas Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, às quais a TELEBRAS está sujeita, inclusive quanto à aplicação das penalidades cabíveis em caso de descumprimento.

2.8.2. A interrupção da prestação dos serviços poderá ensejar potenciais prejuízos ou transtornos à Administração, comprometendo a realização de admissões, desligamentos, alterações funcionais, avaliações periódicas obrigatórias, bem como a implementação e o acompanhamento das ações preventivas de Segurança do Trabalho, expondo a TELEBRAS a riscos legais, operacionais e financeiros.

2.8.3. Assim, a contratação deve assegurar a prestação ininterrupta e indiferenciada dos serviços ao longo do tempo, durante toda a vigência contratual, em observância ao interesse público, ao princípio da continuidade do serviço e à regularidade administrativa.



2.9. Da Aplicação das Ações de Saúde Ocupacional aos(as) Estagiários(as)

2.9.1. Nos termos do artigo 14 da Lei nº 11.788/2008 (Lei do Estágio), aplicam-se aos(as) estagiários(as) as normas de saúde, higiene e segurança do trabalho vigentes no ambiente da organização concedente, cabendo à TELEBRAS assegurar condições adequadas de proteção à saúde e à integridade física dos estudantes em atividades de estágio.

2.9.2. Embora a legislação de estágio não estabeleça obrigatoriedade expressa para a realização de exames médicos ocupacionais nos moldes previstos para empregados(as) regidos(as) pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, as diretrizes técnicas constantes da Norma Regulamentadora nº 07 (NR-07), que disciplina o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO, orientam a adoção de medidas de monitoramento da saúde de todas as pessoas expostas aos riscos existentes no ambiente laboral.

2.9.3. Nesse contexto, e considerando as boas práticas de gestão de Saúde e Segurança do Trabalho, bem como o dever de prevenção e mitigação de riscos ocupacionais, entende-se recomendável que os(as) estagiários(as) vinculados(as) à TELEBRAS também sejam contemplados(as) nas ações de acompanhamento de saúde ocupacional previstas no âmbito do PCMSO.

2.9.4. Para os(as) estagiários(as), em observância ao disposto no art. 14 da Lei nº 11.788/2008 e às diretrizes do PCMSO previstas na NR-07, poderão ser realizadas avaliações médicas ocupacionais de aptidão para início e encerramento das atividades de estágio, bem como outros exames clínicos ou complementares eventualmente indicados pelo médico coordenador do PCMSO, conforme os riscos ocupacionais associados às atividades desenvolvidas.

2.9.5. A adoção dessas avaliações médicas tem caráter preventivo e de proteção à saúde, visando verificar a aptidão do(a) estudante para o desempenho das atividades previstas no plano de estágio, bem como registrar eventuais condições de saúde no início e ao término do vínculo de estágio, contribuindo para a segurança jurídica da instituição e para a adequada gestão dos riscos ocupacionais.

3. DA CLASSIFICAÇÃO DO SERVIÇO E DO ENQUADRAMENTO LEGAL

3.1. O objeto descrito no presente Termo de Referência – contratação de empresa especializada na prestação de serviços de Saúde e Segurança do Trabalho, classifica-se como serviço comum, nos termos do art. 32 da Lei nº 13.303/2016 e do Regulamento de Licitações e Contratos da Telebras (RELIC), por possuir padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos com base em especificações usuais de mercado.

3.2. O enquadramento como serviço comum é corroborado pelo entendimento consolidado na Súmula nº 257/2010 do Tribunal de Contas da União (TCU), segundo a qual é cabível a utilização de modalidade licitatória adequada para a contratação de serviços cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos no Termo de Referência, mediante especificações usuais de mercado, tais como, a realização de exames médicos ocupacionais (admissionais, periódicos, de retorno ao trabalho, de mudança de função e demissionais), emissão de ASOs, coordenação e execução do PCMSO, elaboração e acompanhamento do PGR, elaboração de laudos técnicos e demais ações de Segurança do Trabalho, não demandando solução inovadora, desenvolvimento tecnológico específico ou técnica exclusiva, sendo amplamente ofertadas por empresas especializadas no mercado e passíveis de mensuração objetiva quanto à qualidade, eficiência e conformidade normativa.

3.3. A presente contratação será realizada por meio de procedimento licitatório regular, na modalidade pregão, com critério de julgamento pelo menor preço, em conformidade com a Lei nº 13.303/2016 e com o Regulamento de Licitações e Contratos da Telebras – RELIC, observando-se os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, economicidade e competitividade.

3.4. O enquadramento legal da presente contratação apoia-se no arcabouço jurídico que rege as empresas estatais e as contratações públicas, especialmente nas seguintes normas:

- Lei nº 13.303/2016 – Estatuto Jurídico das Empresas Estatais;
- Regulamento de Licitações e Contratos da Telebras – RELIC;



- Consolidação das Leis do Trabalho – CLT (arts. 157 e 158);
- Normas Regulamentadoras expedidas pelo Ministério do Trabalho e Emprego, especialmente a NR-01 (PGR), NR-07 (PCMSO) e demais aplicáveis;
- Súmula TCU nº 257/2010;
- as obrigações legais previstas nos arts. 157 e 158 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e nas Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), em especial a NR-07 (PCMSO);
- e o art. 93, § 1º do Regulamento de Licitações da Telebras, que dispõe sobre a contratação de serviços técnicos especializados de natureza comum;
- Lei nº 11.788/2008 (Lei do Estágio)

3.5. Diante do exposto, a contratação proposta observa o adequado enquadramento técnico e jurídico, garantindo conformidade com a legislação aplicável às empresas estatais e assegurando a regularidade da atuação administrativa da Telebras nas áreas de Saúde e Segurança do Trabalho.

4. DA DESCRIÇÃO DO OBJETO

4.1. Os serviços a serem executados pela CONTRATADA deverão atender as justificativas apresentadas no presente Termo de Referência.

4.2. Os serviços são os a seguir descritos:

4.2.1. ELABORAÇÃO E COORDENAÇÃO DO PCMSO

4.2.1.1. Elaboração, implantação e coordenação do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO), em conformidade com a Norma Regulamentadora nº 7 (NR-07) do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, e suas posteriores atualizações, considerando o conhecimento detalhado do ambiente laboral e dos riscos ocupacionais identificados. A execução compreenderá a realização de visita técnica às unidades da TELEBRAS, abrangendo a Sede e o Centro de Operações Espaciais Principal (COPE-P), localizados em Brasília/DF, o Centro de Operações Espaciais Secundário (COPE-S), situado no Rio de Janeiro/RJ, os Escritórios Regionais situados em Belém, São Paulo, Fortaleza e Porto Alegre, para fins de reconhecimento dos ambientes de trabalho, levantamento de riscos e adequação das ações do PCMSO às condições reais de cada local;

4.2.1.2. O PCMSO deverá se basear nas informações apresentadas pelo PGR atualizado, sendo então elaborado apenas após a execução deste;

4.2.1.3. O PCMSO deve estar articulado com as demais normas regulamentadoras, especialmente com a NR 1 (PGR), que visa o reconhecimento, avaliação e controle dos riscos ambientais;

4.2.1.4. O PCMSO deve abranger a prestação de serviços referentes ao Médico do Trabalho, responsável pela coordenação e execução do PCMSO. O Médico do Trabalho deverá ter as seguintes atribuições:

I - realizar os exames médicos ocupacionais: admissional, periódico, de retorno ao trabalho, de mudança de riscos ocupacionais e demissional, devendo ser avaliada a saúde geral do(a) colaborador(a). Os exames médicos de que trata este item compreendem exame clínico e exames complementares, realizados de acordo com as especificações da NR07 e de outras NRs;

II - emitir o Atestado de Saúde Ocupacional - ASO e o relatório do perfil de saúde;

III - prestar Assessoria em Saúde do Trabalho quando solicitado pela CONTRATANTE;

IV - prestar Assessoria em Segurança do Trabalho quando solicitado pela CONTRATANTE;

V - designar profissionais ou entidades, devidamente capacitadas, para realizar exames complementares;



VI - realizar exame clínico nos(as) empregados(as), após conclusão dos exames complementares obrigatórios;

VII - orientar o(a) empregado(a) no caso de alterações nos exames;

VIII - realizar avaliação clínica, abrangendo a anamnese geral e ocupacional e exame físico e mental, além dos exames complementares considerados necessários em função da atividade laboral;

IX - elaborar pareceres especializados, quando necessário para avaliação da capacidade laboral, para subsidiar a realização dos exames ocupacionais;

X - homologar atestado médico, em até 24 horas, após a solicitação da CONTRATANTE.

4.2.1.5. O PCMSO deverá estar descrito num documento - base e ser entregue em até 30 (trinta) dias após a assinatura do contrato, em arquivo eletrônico, elaborado em editor de texto, do tipo MICROSOFT WORD e/ou MICROSOFT EXCEL devidamente assinados.

4.2.1.6. O PCMSO deverá conter o perfil de todos(as) os(as) empregados(as) da sede da TELEBRAS e do COPE-P em Brasília, do COPE-S no Rio de Janeiro - RJ e dos Escritórios regionais localizados em Belém, São Paulo, Fortaleza e Porto Alegre, constando, dentre outros dados: idade, sexo, estado civil, função, altura, peso, pressão arterial, medicamentos em uso e outros cabíveis.

4.2.2. EXAMES MÉDICOS OCUPACIONAIS

4.2.2.1 Dos exames:

a. **ADMISSIONAL** - é obrigatório e está previsto no artigo 168 da CLT, devendo ser realizado antes que o(a) trabalhador(a) assuma suas atividades, em clínica ou médico conveniado, situados nas cidades de Brasília, Rio de Janeiro, Belém, São Paulo, Fortaleza e Porto Alegre.

b. **DEMISSIONAL**- o exame clínico deve ser realizado em até 10 (dez) dias contados do término do contrato, podendo ser dispensado caso o exame clínico ocupacional mais recente tenha sido realizado há menos de 135 (cento e trinta e cinco) dias, para as organizações graus de risco 1 e 2, e há menos de 90 (noventa) dias, para as organizações graus de risco 3 e 4.

c. **PERIÓDICO** – O exame médico periódico deverá ser realizado conforme a periodicidade e os critérios estabelecidos no PCMSO, contemplando avaliação clínica direcionada às ocorrências verificadas no intervalo entre o exame anterior e o atual, incluindo anamnese geral e ocupacional, exame físico completo, avaliação do estado mental e realização de exames complementares compatíveis com os riscos ocupacionais identificados.

c.1) A realização dos exames médicos do periódico obedecerá a seguinte periodicidade:

I. Para os(as) empregados(as) expostos(as) a riscos ocupacionais identificados e classificados no PGR, bem como para aqueles(as) portadores(as) de doenças crônicas que possam aumentar a suscetibilidade aos riscos existentes, o exame clínico deverá ser realizado anualmente ou em intervalos inferiores, a critério do médico responsável pelo PCMSO, considerando a natureza, intensidade e tempo de exposição ao risco.

II. Para os(as) demais empregados(as) não enquadrados(as) nas hipóteses anteriores, o exame clínico periódico deverá ser realizado a cada 2 (dois) anos, salvo disposição diversa no PCMSO em razão de avaliação médica fundamentada.

c.2) Os exames complementares laboratoriais previstos na NR-07 deverão ser realizados por laboratório que atenda aos requisitos estabelecidos na RDC/ANVISA nº 786, de 5 de dezembro de 2023, que dispõe sobre as boas práticas para o funcionamento de



laboratórios clínicos e postos de coleta, devendo seus resultados ser interpretados conforme os critérios constantes nos anexos da referida Norma Regulamentadora. Tais exames serão obrigatórios quando:

- I – o levantamento preliminar ou a avaliação de riscos do PGR indicar a necessidade de adoção de medidas de prevenção imediatas;
- II – houver exposição ocupacional acima dos níveis de ação previstos nas Normas Regulamentadoras aplicáveis; ou
- III – a classificação de riscos constante do PGR assim determinar.

c.3) A CONTRATADA deverá encaminhar à CONTRATANTE a programação dos exames periódicos com antecedência mínima de 30 (trinta) dias da data prevista para o início de sua realização, contendo cronograma, locais de atendimento e orientações preparatórias, quando aplicável.

d. RETORNO AO TRABALHO – O exame de retorno ao trabalho deverá ser realizado obrigatoriamente no primeiro dia de efetivo retorno às atividades do(a) empregado(a) que tenha permanecido afastado por período igual ou superior a 30 (trinta) dias corridos, em decorrência de doença ou acidente, de natureza ocupacional ou não.

I - Para a realização de exame de retorno ao trabalho deve ser considerada principalmente a avaliação clínica voltada para a patologia que motivou o afastamento do trabalho.

II - No exame de retorno ao trabalho, a avaliação médica deve definir a necessidade de retorno gradativo ao trabalho, se for o caso.

III - Caso o Médico do Trabalho, responsável pela coordenação do PCMSO, conclua que o (a) empregado(a) não apresenta condições clínicas para o retorno às atividades, deverá:

- registrar formalmente a inaptidão no Atestado de Saúde Ocupacional (ASO); e
- proceder ao imediato encaminhamento do(a) empregado(a) ao INSS, para fins de reabertura ou manutenção do benefício previdenciário, conforme aplicável.

e. MUDANÇA DE RISCO OCUPACIONAL – o exame de mudança de risco ocupacional deve, obrigatoriamente, ser realizado antes da data da mudança, adequando-se o controle médico aos novos riscos.

4.2.2.1.1 A contratada deverá disponibilizar rede credenciada ou própria para realização dos exames ocupacionais, em locais que permitam acesso adequado aos(as) empregados(as) da TELEBRAS, observando-se a razoabilidade de deslocamento dentro da região metropolitana de cada unidade atendida, podendo a execução dos serviços abranger todo o território nacional, conforme a necessidade da Telebras.

4.2.2.2. Os EXAMES COMPLEMENTARES a serem solicitados por ocasião da realização dos EXAMES MÉDICOS PERIÓDICOS são:

I – Para todos(as) os(as) empregados(as):

- a) Hemograma Completo;
- b) Glicemia de Jejum;
- c) Lipidograma Total (Colesterol Total e Frações + Triglicerídeos);
- d) Urina – EAS;



TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A.

e) Teste de Sangue Oculto nas Fezes (TSOF) para pessoas com idade igual ou superior a 50 anos;

f) Avaliação Clínica (Anamnese Geral e Ocupacional + Exame Físico e Mental);

f) Exame de Acuidade Visual com aferição de grau (avaliação optométrica completa), para todos os públicos, independentemente de idade ou função.

II – Para empregados(as) com idade igual ou superior a 40 anos:

Mulheres:

a) Ácido Úrico;

b) Colpocitologia Oncótica;

c) Eletrocardiograma (ECG);

d) Ultrassonografia Transvaginal;

e) Mamografia;

f) Teste Ergométrico/Esforço;

g) Ultrassonografia Abdome Total;

h) Teste de Sangue Oculto nas Fezes (TSOF) para pessoas com idade igual ou superior a 50 anos;

i) os exames elencados no subitem 4.2.2.2, I, "a" a "f".

Homens:

a) Ácido Úrico;

b) PSA Total;

c) Eletrocardiograma (ECG);

e) Teste Ergométrico/Esforço;

f) Ultrassonografia Abdome Total;

g) Teste de Sangue Oculto nas Fezes (TSOF) para pessoas com idade igual ou superior a 50 anos;

h) os exames elencados no subitem 4.2.2.2, I, "a" a "f".

III – Para trabalho em altura (NR-35):

a) Hemograma Completo;

b) Glicemia de Jejum;

c) Eletrocardiograma (ECG);

d) Eletroencefalograma (EEG);



e) Audiometria Tonal;

f) Acuidade Visual (com Optometria/Tonometria/Exame de Fundo de Olho).

4.2.2.3. O EXAME ADMISSIONAL consiste em:

a) Hemograma Completo;

b) Glicemia de jejum;

c) Lipidograma Total;

d) Urina - EAS;

e) Eletrocardiograma - ECG (pessoas com idade igual ou superior a 40 anos); e

f) Avaliação Clínica, abrangendo Anamnese Geral e Ocupacional, bem como Exame Físico e Exame Mental.

4.2.2.4. O EXAME DEMISSIONAL consiste em:

a) Avaliação Clínica, abrangendo Anamnese Geral e Ocupacional, bem como Exame Físico e Exame Mental;

b) Exame complementar de acordo com a idade do(a) empregado(a) e atividade realizada na empresa.

4.2.3. Todos os ATESTADOS MÉDICOS deverão ser homologados pelo Médico do Trabalho.

4.2.3.1. Os(as) empregados(as) que apresentarem atestados com 5 (cinco) dias ou mais de afastamento deverão passar por exame médico para fins de homologação.

4.2.3.2. Em caso de afastamento superior a 15 (quinze) dias, além de submeter o(a) empregado(a) a exame médico, a CONTRATADA deverá encaminhar à Previdência Social o respectivo laudo, para efeito de homologação e posterior concessão de benefício que depender de avaliação de incapacidade.

4.2.4. A ANAMNESE GERAL e OCUPACIONAL citada no inciso VIII, do item 4.2.1.4, tem como objetivo identificar o perfil do estilo de vida dos(as) empregados(as), e subsidiar ações que visam a promoção da saúde e qualidade de vida.

I - A anamnese deverá ser realizada por meio de entrevista que antecede o exame médico e deve conter: as queixas de saúde que possam estar relacionadas às condições de trabalho e/ou às atividades desenvolvidas pelo(a) empregado(a) na empresa; a história ocupacional; a história patológica e pessoal; e a história de hábitos e condições sociais.

4.2.5. ATESTADO DE SAÚDE OCUPACIONAL - ASO. Para cada uma das situações descritas no subitem 4.2.2.1, o Médico do Trabalho deverá analisar os exames clínicos e laboratoriais e, em seguida, emitir o Atestado de Saúde Ocupacional - ASO, em 3 (três) vias, sendo uma via para a CONTRATADA, uma via para o (a) empregado(a) e outra via será arquivada junto aos assentamentos funcionais do(a) empregado(a). A via do ASO do(a) empregado(a) deverá ser entregue imediatamente ao término de sua consulta, caso não haja a necessidade de exames complementares, e as demais deverão ser encaminhadas à sede da TELEBRAS em Brasília, Rio de Janeiro, Belém, São Paulo, Fortaleza ou Porto Alegre ou entregues pelo(a) empregado(a).

4.2.5.1. O ASO deverá conter no mínimo:

a) razão social e CNPJ ou CAEPF da organização;



- b) nome completo do(a) empregado(a), o número de seu CPF e sua função;
- c) a descrição dos perigos ou fatores de risco identificados e classificados no PGR que necessitem de controle médico previsto no PCMSO, ou a sua inexistência;
- d) indicação e data de realização dos exames ocupacionais clínicos e complementares a que foi submetido o(a) empregado(a);
- e) definição de apto ou inapto para a função do(a) empregado(a);
- f) o nome e número de registro profissional do médico responsável pelo PCMSO, se houver;
- g) data, número de registro profissional e assinatura do médico que realizou o exame clínico.

4.2.5.2. Os dados obtidos nos exames médicos, incluindo avaliação clínica, exames complementares, anamnese geral e ocupacional, as conclusões e as medidas aplicadas devem ser registradas em prontuário clínico individual, que deve ficar sob a responsabilidade do médico coordenador do PCMSO.

4.2.6. DO RELATÓRIO MENSAL DO PCMSO

I - O relatório mensal do PCMSO deverá ser elaborado e disponibilizado à TELEBRAS, mensalmente, em arquivo eletrônico, em editor de texto, do tipo MICROSOFT WORD e/ou MICROSOFT EXCEL, devidamente assinado, contendo as seguintes informações:

- a) quantitativo por situação (admissional, periódico, de retorno ao trabalho, de mudança de riscos ocupacional e demissional) de consulta clínica mensal;
- b) quantitativo de dias de ausência dos(as) empregados(as) por motivo de doença e número de atestados médicos homologados;
- c) número de empregados(as) por especificação dos códigos constantes da Classificação Internacional de Doenças - CID identificados no período; e
- d) quantidade de encaminhamentos de Acidentes de Trabalho e motivos.

II - O relatório mensal deverá ser entregue, no máximo, até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente.

4.2.7. DO RELATÓRIO ANALÍTICO DO PCMSO

I - O Relatório Analítico do PCMSO, elaborado de acordo com os procedimentos estabelecidos na Norma Regulamentadora nº 7 (NR-07), do Ministério do Trabalho e Emprego, deverá apresentar a análise comparativa dos dados consolidados dos exames clínicos e complementares realizados, contemplando, entre outros aspectos, as estatísticas de resultados considerados anormais e o planejamento das ações de saúde ocupacional para o período seguinte.

II - O médico responsável pelo PCMSO deve elaborar relatório analítico do Programa, anualmente, considerando a data do último relatório, contendo, no mínimo:

- a) o número de exames clínicos realizados;
- b) o número e tipos de exames complementares realizados;
- c) estatística de resultados anormais dos exames complementares, categorizados por tipo do exame e por unidade operacional, setor ou função;



d) incidência e prevalência de doenças relacionadas ao trabalho, categorizadas por unidade operacional, setor ou função;

e) elaboração, emissão e gestão das Comunicações de Acidente de Trabalho – CAT, bem como a consolidação e apresentação de informações sobre o número e o tipo de eventos e doenças registrados, referentes às pessoas empregadas, sendo tais atividades de responsabilidade da CONTRATADA.

f) análise comparativa em relação ao relatório anterior e discussão sobre as variações nos resultados.

III - O relatório analítico deverá ser entregue à TELEBRAS em até 15 (quinze) dias após o encerramento do exercício, ou em até 15 (quinze) dias antes do encerramento do prazo contratual.

IV - O relatório analítico deve ser apresentado e discutido com os(as) responsáveis por saúde e segurança do trabalho da organização, incluindo a CIPA, quando existente, para que as medidas de prevenção necessárias sejam adotadas na organização.

V - A CONTRATADA deverá repassar, sempre que solicitado pelo CONTRATANTE, pareceres sobre questionamentos referentes ao PCMSO.

VI - Caberá à CONTRATADA realizar serviços utilizando-se, exclusivamente, de médico(s) devidamente habilitado(s), qualificado(s), credenciado(s) e autorizado(s) pelos órgãos competentes, e com registro no Conselho Regional de Medicina - CRM;

VII - A CONTRATADA deverá manter, em conjunto com a CONTRATANTE, o controle da periodicidade dos exames clínicos e complementares a serem realizados, observando o disposto na NR-7.

4.2.8. DAS CAMPANHAS DE PROMOÇÃO À SAÚDE

4.2.8.1. Anualmente deverão ser elaborados materiais informativos (folders, cartazes, etc) sobre promoção à saúde, principalmente voltados aos fatores condicionantes e determinantes do adoecimento humano.

I - Os materiais informativos deverão ser distribuídos aos(as) empregados(as), sem custos a TELEBRAS.

II - Sempre que existirem situações de alerta à saúde pública, nas cidades de Brasília, Rio de Janeiro, Belém, Fortaleza, Porto Alegre e São Paulo, como por exemplo, no caso da Dengue, Febre Chikungunya e Zika, a CONTRATADA deverá fornecer os materiais informativos, sem custos a TELEBRAS, podendo ser divulgados eletronicamente, à critério da contratante.

4.2.9. DA CAMPANHA DE VACINAÇÃO

4.2.9.1. A CONTRATADA deverá promover campanha anual de vacinação contra a influenza (gripe), visando à promoção da saúde e prevenção de agravos entre os(as) empregados(as) da TELEBRAS, observando o dimensionamento de sua população e as orientações vigentes do Ministério da Saúde e da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA.

I - As vacinas a serem aplicadas deverão ser influenza quadrivalentes, com composição atualizada anualmente, em conformidade com as recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS) para o Hemisfério Sul e devidamente registradas e aprovadas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), contemplando duas cepas de vírus influenza A (H1N1 e H3N2) e duas cepas de vírus influenza B, conforme definição vigente no período da campanha.



III - As vacinas deverão ser produzidas por laboratórios regularmente licenciados, com registro sanitário vigente junto à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), observando integralmente os requisitos de qualidade, segurança e eficácia estabelecidos na legislação sanitária brasileira aplicável.

4.2.9.2. O quantitativo estimado é de 492 (quatrocentas e noventa e duas) doses, destinadas a empregados (as), constituindo mera estimativa de consumo, podendo sofrer variação para mais ou para menos conforme a demanda efetiva verificada durante o período de execução contratual, não gerando obrigação de consumo mínimo ou integral por parte da TELEBRAS. As vacinas deverão ser fornecidas em apresentação de dose única, do tipo seringa preenchida, contendo composição atualizada de acordo com a recomendação anual da Organização Mundial da Saúde (OMS).

4.2.9.3. As vacinas deverão ser aplicadas por profissional de saúde com formação em Enfermagem, regularmente inscrito no respectivo Conselho Regional de Enfermagem (COREN), com experiência e qualificação comprovadas na administração de imunobiológicos e em procedimentos de pronto atendimento.

4.2.9.4. As vacinas deverão ser disponibilizadas e aplicadas na sede da CONTRATANTE, em Brasília, no COPE-S, no Rio de Janeiro, bem como nos Escritórios Regionais de Belém, São Paulo, Fortaleza e Porto Alegre, ou, ainda, nas dependências das entidades por ela contratadas, conforme disposto no item 9 deste Termo. A aplicação ocorrerá uma vez ao ano, preferencialmente no mês de abril, observando-se o calendário da campanha anual de vacinação.

4.2.10. ASSESSORIA EM SEGURANÇA DO TRABALHO

4.2.10.1. Quando solicitada, a CONTRATADA deverá prestar Assessoria em Segurança do Trabalho, por profissional legalmente habilitado, contemplando, no mínimo:

I - Apoio técnico na interpretação e aplicação das Normas Regulamentadoras (NRs) e demais legislações pertinentes;

II - Análise e orientação quanto a riscos ocupacionais e medidas de controle;

III - Apoio técnico na elaboração, revisão e atualização de documentos técnicos de Segurança do Trabalho;

IV - Orientação técnica em auditorias, fiscalizações e diligências de órgãos competentes;

V - Emissão de pareceres técnicos, quando solicitado;

VI - Apoio técnico à CONTRATANTE em demandas relacionadas à investigação de acidentes de trabalho;

VII - Atuação em processos judiciais e administrativos, quando demandado, incluindo:

a) Indicação de Assistente Técnico;

b) Elaboração de quesitos técnicos;

c) Acompanhamento de perícias;

d) Elaboração de parecer técnico sobre laudos periciais;

e) Subsídio técnico para impugnação ou contestação de laudos periciais.

4.2.11. ASSESSORIA EM MEDICINA DO TRABALHO



4.2.11.1. Quando solicitada, a CONTRATADA deverá prestar Assessoria em Medicina do Trabalho, por profissional médico legalmente habilitado, contemplando, no mínimo:

- I - Apoio técnico na gestão e execução do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO);
- II - Análise de indicadores de saúde ocupacional e proposição de medidas preventivas;
- III - Emissão de pareceres médicos ocupacionais, quando solicitado;
- IV - Apoio técnico em auditorias e fiscalizações relacionadas à saúde ocupacional;
- V - Orientação quanto ao enquadramento de afastamentos, nexo causal e aptidão laboral;
- VI - Atuação em processos judiciais e administrativos, quando demandado, incluindo:
 - a) Indicação de Assistente Técnico Médico;
 - b) Elaboração de quesitos médicos;
 - c) Acompanhamento de perícias médicas;
 - d) Elaboração de parecer técnico sobre laudos periciais;
 - e) Subsídio técnico para contestação de laudos periciais.

4.2.12. AÇÕES EDUCATIVAS EM SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO (PALESTRAS)

4.2.12.1. Quando solicitada, a CONTRATADA deverá realizar ações educativas, preventivas e de promoção à saúde e segurança do trabalho, ministradas por profissionais qualificados, com formação e /ou experiência comprovada nas áreas de Segurança e Medicina do Trabalho, contemplando, no mínimo:

- I - Realização de, pelo menos, 06 (seis) palestras anuais, sendo:
 - a) 03 (três) com temáticas relacionadas à Segurança do Trabalho;
 - b) 03 (três) com temáticas relacionadas à Saúde do Trabalho;
- II - Os temas das palestras serão definidos em conjunto com a CONTRATANTE, considerando, entre outros:
 - a) dados epidemiológicos dos(as) empregados(as);
 - b) principais riscos ocupacionais identificados;
 - c) diretrizes institucionais e campanhas corporativas;
 - d) demandas específicas das áreas;
 - e) Pelo menos 01 (uma) palestra anual deverá abordar Noções Básicas de Primeiros Socorros.

4.2.13. EMISSÃO DE LAUDOS MÉDICOS PARA REDUÇÃO DE JORNADA DE TRABALHO PARA EMPREGADO PCD OU COM DEPENDENTE PCD



4.2.13.1. A empresa contratada deverá disponibilizar médico do trabalho com especialização e registro profissional regular no Conselho Regional de Medicina (CRM), responsável pela avaliação e emissão de laudos técnicos destinados à deliberação sobre pedidos de redução da jornada de trabalho formulados por empregados(as) da TELEBRAS que:

- a) sejam pessoas com deficiência (PCD); ou
- b) possuam dependente com deficiência que exija cuidados especiais e viva às suas expensas.

4.2.13.2 O laudo médico deverá:

- a) estar em conformidade com a Norma Regulamentadora nº 7 (NR-07) do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE e demais normas aplicáveis à saúde do trabalho;
- b) conter a identificação do CID e/ou CIF correspondentes à deficiência;
- c) apresentar parecer técnico conclusivo sobre a pertinência da solicitação, considerando aspectos de necessidade, proporcionalidade e compatibilidade funcional;
- d) ser elaborado com base em avaliação clínica e análise documental apresentada pela TELEBRAS e pelo(a) empregado(a).

4.2.13.3. A empresa contratada deverá emitir e encaminhar o laudo médico conclusivo à TELEBRAS no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, contados do recebimento formal da solicitação ou da documentação necessária para análise.

4.2.13.4. Os laudos emitidos terão caráter técnico - consultivo, destinando-se ao subsídio da decisão administrativa da TELEBRAS quanto à concessão da redução de jornada, nos termos de Cláusula de Acordo Coletivo de Trabalho vigente e de normativos internos complementares.

4.2.14. DO ATENDIMENTO PSIQUIÁTRICO EMERGENCIAL

4.2.14.1. A CONTRATADA deverá disponibilizar profissional médico psiquiatra para realização de atendimentos emergenciais, sempre que solicitado pela TELEBRAS, com o objetivo de garantir suporte técnico especializado em situações que envolvam risco à saúde mental ou necessidade de avaliação clínica imediata dos(as) empregados(as).

4.2.14.2. O atendimento emergencial deverá ser prestado de forma presencial ou por telemedicina, conforme o caso e em conformidade com as normas do Conselho Federal de Medicina (CFM) e da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), respeitando o sigilo médico e a confidencialidade das informações de saúde.

4.2.14.3. O profissional designado deverá possuir registro regular no Conselho Regional de Medicina (CRM) e experiência comprovada em saúde mental e psiquiatria ocupacional.

4.2.14.4. A inclusão desse serviço visa atender às diretrizes de promoção e cuidado em saúde mental no trabalho, conforme políticas e recomendações do Governo Federal, fortalecendo ações preventivas e de acolhimento psicológico às pessoas empregadas, alinhadas ao Programa de Qualidade de Vida no Trabalho (PQVT) e à Política Nacional de Saúde Mental.

4.2.15. DOS SERVIÇOS DE SEGURANÇA DO TRABALHO

4.2.15.1. Os serviços de Segurança do Trabalho destinam-se exclusivamente ao atendimento dos Escritórios Regionais de Belém, São Paulo, Fortaleza e Porto Alegre. A contratação justifica-se pela necessidade de cumprimento das determinações legais e das disposições constantes nas Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, bem como pela inexistência de



profissionais habilitados no quadro funcional da TELEBRAS para a prestação desses serviços. Ressalta-se que, por se tratar de empresa classificada com grau de risco II e por não possuir o quantitativo mínimo de empregados(as) que obrigue a constituição de Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho – SESMT em suas dependências, nos termos da Norma Regulamentadora nº 04, faz-se necessária a contratação externa para atendimento dessa demanda.

4.2.15.2. Sobre o **PGR** - O Programa de Gerenciamento de Riscos tem por principal objetivo evitar que acidentes ambientais ocorram e que possam vir prejudicar a vida de empregados(as), a propriedade privada e também o meio ambiente. Ou seja, o programa visa a utilizar técnicas eficazes que não permitam a ocorrência de um acidente. Para que isso seja possível, incumbe à CONTRATADA o gerenciamento do PROGRAMA DE GERENCIAMENTO DE RISCO - PGR, por Profissional de Segurança do Trabalho, contendo completa descrição das ações preventivas, em observância às prescrições normativas discriminadas na NR-1 do MTE, e suas posteriores alterações, conhecendo o ambiente de trabalho e os riscos presentes, mediante visita técnica aos Escritórios Regionais de Belém, São Paulo, Fortaleza e Porto Alegre, atendendo aos requisitos da NR-1 tais como:

- a) Evitar os riscos ocupacionais que possam ser originados no trabalho;
- b) Identificar os perigos e possíveis lesões ou agravos à saúde;
- c) Avaliar os riscos ocupacionais indicando o nível de risco;
- d) Classificar os riscos ocupacionais para determinar a necessidade de adoção de medidas de prevenção;
- e) Implementar medidas de prevenção de acordo com a classificação dos riscos e observando a hierarquia das medidas de controle prevista na NR-1, especialmente quanto à ordem de prioridade estabelecida no subitem 1.5.5;
- f) Acompanhar o controle dos riscos ocupacionais;
- g) Coordenar a implementação do PGR direcionando aos responsáveis todas as medidas que se fizerem necessárias para garantir seu fiel cumprimento;
- h) Informar aos trabalhadores os riscos ambientais que possam originar-se nos locais de trabalho, os meios necessários para prevenir ou limitar tais riscos e para proteger-se dos mesmos;
- i) Propor soluções para eliminar / reduzir a exposição aos riscos;
- j) Contribuir com informações técnicas e de organização do trabalho sobre os riscos à saúde dos trabalhadores que podem ser causados por exposição aos agentes de risco;
- k) Cumprir e fazer cumprir as normas internas de segurança e saúde ocupacional da contratante;
- l) Informar à TELEBRAS qualquer alteração em seu processo de trabalho, equipamentos, instalações e mudanças funcionais ocorridas;
- m) Deverão ser elaborados 4 (quatro) documentos: 1(um) para o Escritório Regional de Belém, 1 (um) para o Escritório Regional de São Paulo, 1(um) para o Escritório Regional de Fortaleza e 1 (um) para o Escritório Regional de Porto Alegre.
- n) As inspeções no Escritório Regional de Belém e no Escritório Regional de São Paulo deverão ser realizadas "in loco" pelo profissional de segurança do trabalho.



o) O relatório anual do PGR deverá ser apresentado em até 30 (trinta) dias após à data de assinatura do contrato, em arquivo eletrônico, elaborado em editor de texto, do tipo MICROSOFT WORD e/ou MICROSOFT EXCEL, devidamente assinado, sendo que nos anos subsequentes, se for o caso, 30 (trinta) dias após a prorrogação do contrato.

4.2.15.3. Sobre a **AET** - A Análise Ergonômica do Trabalho (AET) tem por objetivo avaliar as condições de trabalho, de modo a subsidiar a adequação do ambiente laboral às características psicofisiológicas dos (as) empregados(as), visando proporcionar melhores condições de conforto, segurança, saúde e desempenho das atividades. No contexto do presente Termo de Referência, a avaliação ergonômica abrange aspectos relacionados ao mobiliário, aos equipamentos e às condições ambientais dos postos de trabalho, em conformidade com as disposições da Norma Regulamentadora nº 17 (Ergonomia).

a) Deverão ser elaborados 4 (quatro) Laudos Ergonômicos, 1(um) para o Escritório Regional de Belém, 1(um) para o Escritório Regional de São Paulo, 1(um) para o Escritório Regional de Fortaleza e 1(um) para o Escritório Regional de Porto Alegre.

b) As inspeções nos Escritórios Regionais de Belém, São Paulo, Fortaleza e Porto Alegre, deverão ser realizadas "in loco" pelo Profissional de Segurança do Trabalho.

c) O Laudo/Avaliação Ergonômica do Trabalho deverá ser apresentado em até 30 (trinta) dias após a data de assinatura do contrato, em arquivo eletrônico, elaborado em editor de texto, do tipo MICROSOFT WORD e/ou MICROSOFT EXCEL, devidamente assinado, sendo que nos anos subsequentes, se for o caso, 30 (trinta) dias após a prorrogação do contrato.

4.2.15.4. Sobre o **LTCAT** - O Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho (LTCAT) consiste em documento técnico - pericial elaborado com a finalidade de caracterizar as condições ambientais do trabalho, por meio da identificação, avaliação e registro da presença de agentes nocivos físicos, químicos ou biológicos no ambiente laboral, bem como da análise da efetiva exposição dos(as) trabalhadores(as) a tais agentes. O referido laudo tem como objetivo subsidiar o enquadramento de atividades exercidas em condições especiais para fins previdenciários, especialmente no que se refere à comprovação de exposição a agentes nocivos para eventual concessão de aposentadoria especial. As informações constantes do LTCAT servem de base para o preenchimento e atualização do Perfil Profissiográfico Previdenciário – PPP, bem como para a correta prestação de informações relativas à exposição ocupacional a agentes nocivos no Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas – eSocial, além de subsidiar tecnicamente os programas e documentos de gestão de saúde e segurança do trabalho, tais como o Programa de Gerenciamento de Riscos – PGR e o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO, quando aplicável.

a) Deverão ser elaborados 4 (quatro) Laudos Técnicos das Condições Ambientais de Trabalho (LTCAT): 1(um) para o Escritório Regional de Belém, 1(um) para o Escritório Regional de São Paulo, 1(um) para o Escritório Regional de Fortaleza e 1(um) para o Escritório Regional de Porto Alegre.

b) As inspeções nos Escritórios Regionais acima citados deverão ser realizadas "in loco" pelo profissional de segurança do trabalho.

c) O LTCAT deverá ser apresentado em até 30 (trinta) dias após à data de assinatura do contrato, em arquivo eletrônico, elaborado em editor de texto, do tipo MICROSOFT WORD e/ou MICROSOFT EXCEL, devidamente assinado, sendo que nos anos subsequentes, se for o caso, 30 (trinta) dias após a prorrogação do contrato.

4.2.15.5. Sobre o **PPP** - O Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP) consiste no histórico laboral individual do(a) empregado(a), destinado a prestar informações ao INSS relativas à efetiva exposição a agentes nocivos. O documento reúne dados administrativos, registros das atividades desenvolvidas e informações ambientais, com base nos dados constantes do LTCAT, bem como resultados de monitoramento biológico provenientes do PCMSO e do PGR. A CONTRATADA deverá observar as



exigências estabelecidas na legislação previdenciária vigente, especialmente aquelas previstas na Lei nº 8.213/1991, art. 58, §4º, bem como nas normas e instruções expedidas pelo Instituto Nacional do Seguro Social.

a) Caberá à CONTRATADA fornecer como ações do PPP os seguintes serviços:

I. Consultoria e desenvolvimento do PPP;

II. Preenchimento e atualização do PPP de todos os(as) empregados(as) dos Escritórios Regionais;

III. Armazenagem por meios eletrônicos de todos os dados; e

IV. Assessoria permanente à empresa CONTRATANTE.

b) A CONTRATADA deverá disponibilizar e encaminhar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de até 24 (vinte e quatro) horas, sempre que solicitado, o Perfil Profissiográfico Previdenciário – PPP devidamente preenchido e atualizado, para fins de entrega ao(à) empregado (a) no momento da rescisão do contrato de trabalho ou sempre que requisitado pela TELEBRAS, relativamente aos(às) trabalhadores(as) que, durante o vínculo laboral, tenham estado expostos (as) a agentes nocivos à saúde.

4.2.16. EMISSÃO, REGISTRO E GESTÃO DE CAT (COMUNICAÇÃO DE ACIDENTE DE TRABALHO)

4.2.16.1. A CONTRATADA será responsável pela emissão, registro, controle e gestão das Comunicações de Acidente de Trabalho (CAT), em conformidade com a legislação previdenciária, trabalhista e normativos vigentes, incluindo as obrigações acessórias relacionadas ao eSocial, observando, no mínimo:

a) Emitir a CAT até o primeiro dia útil seguinte ao da ocorrência do acidente de trabalho, ou de imediato em caso de óbito, conforme legislação aplicável;

b) Realizar o registro da CAT nos sistemas oficiais competentes, inclusive no eSocial (evento S-2210), garantindo a consistência, integridade e tempestividade das informações prestadas;

c) Proceder com a coleta, análise e validação das informações necessárias junto às unidades da CONTRATANTE, assegurando a correta caracterização do evento;

d) Assessorar tecnicamente a CONTRATANTE quanto à caracterização do nexo causal entre o evento e as atividades laborais, inclusive em casos de dúvida ou contestação;

e) Manter sistema de controle atualizado contendo todas as CAT emitidas, com base histórica, indicadores estatísticos, tipologia dos acidentes e análise de recorrência;

f) Encaminhar à CONTRATANTE, em até 24 (vinte e quatro) horas após a emissão, cópia da CAT, acompanhada de relatório técnico contendo: descrição do evento, análise preliminar de causas e recomendações de medidas corretivas e preventivas;

g) Integrar as informações das CAT aos programas de saúde e segurança do trabalho (PGR, PCMSO e demais instrumentos aplicáveis), contribuindo para a melhoria contínua das condições laborais;

h) Prestar apoio técnico em demandas administrativas e judiciais relacionadas às CAT, incluindo elaboração de quesitos, pareceres técnicos, impugnações e acompanhamento pericial, quando solicitado pela CONTRATANTE;

i) Garantir a confidencialidade e o tratamento adequado dos dados pessoais e sensíveis, em conformidade com a legislação vigente, especialmente a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD);



j) Responsabilizar-se integralmente pela correta emissão, registro e gestão das CAT, respondendo por eventuais penalidades, autuações ou prejuízos decorrentes de erros, omissões ou atrasos;

k) O descumprimento dos prazos e obrigações estabelecidos neste item sujeitará a CONTRATADA às penalidades previstas neste Termo de Referência e no instrumento contratual, sem prejuízo das demais sanções administrativas cabíveis.

5. DOS QUANTITATIVOS DO OBJETO

5.1. O Programa prevê um número aproximado de 492 (quatrocentos e noventa e dois) empregados(as) da TELEBRAS lotados(as) no COPE-P, COPE-S e Escritórios Regionais em Belém, São Paulo, Fortaleza e Porto Alegre, e 90 (noventa) estagiários, podendo ocorrer variações no transcorrer da contratação. Os indicativos de distribuição dos serviços e documentos a serem entregues de acordo com os postos de trabalho presentes nas localidades acima, estão no Encarte A na página 32 deste Termo de Referência.

5.2. A estimativa de quantitativos de serviços foi elaborada com base no número atual de empregados(as) da TELEBRAS, distribuídos entre a sede e os escritórios regionais, considerando também a possibilidade de variação do quadro funcional durante a vigência contratual.

5.3. Para fins de dimensionamento dos serviços de Saúde e Segurança do Trabalho, considerou-se:

I – número estimado de empregados(as) ativos(as);

II – distribuição geográfica das unidades da TELEBRAS;

III – obrigatoriedade legal de elaboração e atualização periódica dos programas previstos nas Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego, especialmente NR-1, NR-7 e NR-17;

IV – necessidade de realização de exames médicos ocupacionais (admissionais, periódicos, retorno ao trabalho, mudança de função e demissionais).

5.4. Os quantitativos apresentados constituem estimativa para fins de planejamento da contratação, podendo sofrer variações durante a execução contratual, sem que isso implique alteração do objeto contratado, observados os limites legais.

6. DAS OBRIGAÇÕES DA TELEBRAS

6.1. São obrigações da CONTRATANTE:

a) Auxiliar na elaboração, implementação e atualização do PCMSO, da AET, do LTCAT, do PPP e do PGR, assegurando a adequada elaboração e manutenção desses instrumentos, bem como zelando pela sua efetiva aplicação e eficácia.

b) Fornecer à CONTRATADA as informações necessárias para viabilizar a execução do PCMSO, da AET, do LTCAT, do PPP e do PGR, inclusive a relação atualizada dos(as) empregados(as) e estagiários(as), contendo nome completo, data de nascimento, função/cargo e local/posto de trabalho, observando-se o disposto nas normas gerais estabelecidas na Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

c) Convocar os(as) empregados(as)/candidatos(as) que serão submetidos aos exames médicos;

d) Controlar o prazo decorrido entre a convocação dos(as) empregados(as)/candidatos(as) e a finalização do processo de avaliação;

e) Fiscalizar o perfeito cumprimento do objeto e das demais cláusulas do Termo de Referência e do contrato;



- f) Proporcionar as condições necessárias para que a CONTRATADA possa cumprir o que estabelece o Termo de Referência e o contrato;
- g) Analisar os relatórios apresentados pela CONTRATADA, encaminhar as notas fiscais/faturas, devidamente atestadas, para pagamento dentro do prazo estabelecido;
- h) Reter o pagamento caso a CONTRATANTE verifique que os serviços não estão de acordo com a especificação contratada;
- i) Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre as imperfeições, falhas, e/ou demais irregularidades constatadas na execução dos serviços previstos no Termo de Referência e Contrato e/ou nos materiais fornecidos, a fim de serem tomadas as providências cabíveis para a correção do que for notificado;
- j) Efetuar o pagamento devido à CONTRATADA no prazo estipulado;
- k) Permitir, desde que necessário, o livre acesso dos funcionários da CONTRATADA, devidamente identificados, em suas dependências, para fins de executar os serviços ora licitados;
- l) Rejeitar, no todo ou em parte, a prestação dos serviços em desacordo com o previsto no presente Contrato e no Termo de Referência;
- m) Rejeitar o cumprimento do objeto do Contrato, e deste Termo de Referência, por terceiros, sem autorização expressa das partes;

6.2. A CONTRATANTE não aceitará o recebimento de objeto incompleto ou parcelado.

6.3. A CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiro, em decorrência de ato da CONTRATADA, de suas pessoas empregadas, prepostos ou subordinados.

7. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. A CONTRATADA tem como obrigação o cumprimento integral dos termos dos subitens 4.2.1 a 4.2.14, do presente Termo de Referência, e deverá ainda:

7.1.2. Obedecer integralmente às prescrições constantes nas Normas Regulamentadoras de Saúde e Segurança no Trabalho (NRs), editadas pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), bem como ao disposto no Art. 200 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), com redação dada pela Lei nº 6.514, de 22 de dezembro de 1977, e suas alterações posteriores.

7.1.3. Elaborar o cronograma detalhado do trabalho a ser desenvolvido e submetê-lo à CONTRATANTE para aprovação, no prazo de cinco dias úteis, após a contratação, para validação;

7.1.4. Quanto ao **PCMSO**, a CONTRATADA, além de cumprir os termos dos subitens 4.2.1.1 a 4.2.1.6, deverá ainda:

- a) Iniciar sua execução, no prazo máximo de 30 (trinta) dias da assinatura do contrato, observando as atividades e os riscos a que estão expostos os(as) empregados(as) da TELEBRAS, em Brasília, COPE-S no Rio de Janeiro e Escritórios Regionais em Belém, Fortaleza, Porto Alegre e São Paulo;
- b) Indicar Médico do Trabalho para coordenar o PCMSO e responder pela sua execução;
- c) Informar à CONTRATANTE o nome do médico e o número do registro no CRM, quando ocorrer substituição do profissional;



- d) Enviar relação à CONTRATANTE contendo os nomes dos médicos que realizarão os exames ocupacionais, com os respectivos registros no Conselho Regional de Medicina - CRM, assim que iniciar o contrato;
- e) Colocar à disposição da CONTRATANTE a lista da rede credenciada para a realização dos exames ocupacionais, a qual deverá ser previamente submetida à análise e aprovação da TELEBRAS, atendendo a critérios técnicos, operacionais e de qualidade definidos pela CONTRATANTE. A rede credenciada deverá possuir infraestrutura adequada, regularidade documental, profissionais devidamente habilitados e capacidade de atendimento compatível com as demandas do contrato, assegurando padrão de excelência na prestação dos serviços. A CONTRATADA será integralmente responsável pela qualidade do atendimento prestado por sua rede credenciada, não sendo admitida a utilização de estabelecimentos com condições precárias, inadequadas ou que comprometam a eficiência, a confiabilidade e a boa experiência dos(as) empregados(as) da TELEBRAS.
- f) Caso a CONTRATADA não apresente local credenciado para atendimento situado nas cidades de Brasília/DF, Rio de Janeiro/RJ, Belém/PA, Fortaleza/CE, Porto Alegre/RS e São Paulo/SP em locais que permitam acesso adequado aos(as) empregados(as) da TELEBRAS, observando-se a razoabilidade de deslocamento dentro da região metropolitana de cada unidade atendida ou ocorra o descredenciamento de algumas das unidades para a realização dos exames ocupacionais, deverão ser realizados "in loco" os exames previstos na Legislação;
- g) Substituir, a pedido da CONTRATANTE, médico indicado pela CONTRATADA, desde que a solicitação seja justificada;
- h) Controlar os períodos de afastamentos com mesmo CID, para efeito de benefício, de acordo com os procedimentos estabelecidos pela Instrução Normativa PRES/ INSS nº 128, de 28 de março de 2022, e demais normas vigentes que disciplinam os benefícios e comunicações relacionadas a acidentes de trabalho e perícias médicas.
- i) Realizar exames médicos periciais para o INSS, com vistas à concessão de auxílio-doença;
- j) Realizar perícia médica para os(as) empregados(as) afastados para tratamento de saúde em licença acima de 15 (quinze) dias;
- k) Realizar perícia para acompanhamento da capacidade física e mental dos(as) empregados(as) com deficiência a cada 6 (seis) meses;
- l) Acompanhar empregados(as) portadores(as) de enfermidades por meio de visitas e realizar perícias hospitalares, domiciliares e outros, quando solicitado pela CONTRATANTE;
- m) Promover ações que contribuam para a redução e tratamento dos problemas apontados no PCMSO, orientando os(as) empregados(as), no ato do exame clínico, quanto aos aspectos preventivos;
- n) Informar à CONTRATANTE, mensalmente, os casos de ausências/afastamentos superiores a 15 (quinze) dias;
- o) Manter os prontuários médicos em arquivos da CONTRATADA, se comprometendo a entregá-los à CONTRATANTE, em envelopes lacrados, dentro dos princípios éticos que norteiam a guarda destes documentos, quando solicitado, ou por ocasião do término ou da rescisão do contrato;
- p) Emitir parecer técnico sobre o enquadramento de afastamentos relacionados a acidente ou doença do trabalho, inclusive nos casos em que não houver emissão da Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT), de acordo com as disposições do Regulamento da Previdência Social, aprovado pelo Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999, e suas atualizações, dando ciência à CONTRATANTE.



- q) Cumprir o programa de realização de exames e consultas clínicas para exame periódico, conforme cronograma validado pela CONTRATANTE;
- r) Disponibilizar horário para todos os exames do periódico e avaliações clínicas nos dois turnos (matutino e vespertino);
- s) Apresentar junto com a Nota Fiscal/Fatura a comprovação do pagamento dos serviços prestados no mês anterior por suas parceiras, credenciadas ou subcontratadas.

7.1.5. A CONTRATADA deverá também:

- a) Sempre que requisitada, prestar assistência técnica para desenvolvimento das etapas projetadas nos programas preventivos, bem como para elaboração de informes atinentes ao exercício de atividades sob a ação de agentes nocivos, em conformidade com as disposições contidas nas instruções normativas emanadas do INSS, sempre que necessário, procedendo aos levantamentos técnicos dos ambientes de trabalho;
- b) Prover mão-de-obra qualificada para todos os serviços contratados e aqueles previstos na norma pertinente;
- c) Entregar documentação eventualmente solicitada pela CONTRATANTE, no prazo de até 3 (três) dias úteis, sob pena de aplicação de penalidades previstas no Contrato;
- d) Zelar pelo perfeito cumprimento do objeto e das demais cláusulas deste Termo de Referência e do Contrato, com qualidade, eficiência, presteza e pontualidade, em conformidade com os termos e prazos estabelecidos;
- e) Corrigir e/ou refazer, por sua inteira responsabilidade, os serviços em desacordo com o disposto no presente Termo de Referência, sem ônus para a TELEBRAS;
- f) Fiscalizar e responsabilizar-se pelo perfeito cumprimento do objeto contratado, arcar com os eventuais prejuízos causados à CONTRATANTE e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida por suas pessoas empregadas ou prepostos envolvidos na execução dos serviços, respondendo integralmente pelo ônus decorrente de sua culpa ou dolo na entrega dos serviços, o que não exclui nem diminui a responsabilidade pelos danos que se constatarem, independentemente do controle e fiscalização exercidos pela CONTRATANTE;
- g) Manter as condições de habilitação jurídica, fiscal, trabalhista e qualificação técnica, que ensejaram a sua contratação, devidamente atualizadas durante a vigência do contrato;
- h) Responsabilizar-se pelos custos necessários ao desempenho das atividades dos profissionais envolvidos na execução dos serviços ora contratados, tais como: encargos trabalhistas, salários, impostos, honorários, taxas administrativas, tributos, contribuições sociais e encargos sociais e quaisquer outras que forem devidas por lei, referentes aos serviços executados por suas pessoas empregadas, uma vez que estes não têm vínculo empregatício com a CONTRATADA;
- i) Discriminar os serviços prestados, inclusive com a especificação completa dos serviços realizados e a relação de empregados(as) atendidos no mês e demais documentos obrigatórios para fins de pagamento das faturas;
- j) Responsabilizar-se por todos os danos ou prejuízos causados, inclusive por seus representantes legais, credenciados ou subcontratados, que afetem os(as) empregados(as) da CONTRATANTE, e, caberá a CONTRATADA, a compensação ou indenização do dano ou prejuízo;



- j.1) Responsabilizar-se pelos comportamentos morais, éticos e profissionais de seus representantes legais, empregados, credenciados ou subcontratados, cabendo-lhe responder, integralmente, por todos os danos ou atos ilícitos resultantes de ação ou omissão por parte deles.
- k) Aceitar, mediante acordo expresso entre as partes formalizado por meio de Termo Aditivo, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos até o limite de 25% do valor atualizado do contrato;
- l) Manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de interesse do CONTRATANTE ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução do objeto do contrato, sobretudo no que se refere às condições médicas.
- m) Arcar com eventuais prejuízos causados à CONTRATANTE pelo não cumprimento das obrigações atinentes aos serviços a serem prestados, exceto por motivos estranhos à sua vontade, tais como: força maior comprovada, impossibilidade notória em face de instruções determinantes dos Órgãos Públicos, judiciais ou de classe, bem como caso fortuito;
- n) Responsabilizar-se por toda a coordenação e orientação técnica inerente à implementação e execução dos serviços constantes deste Termo de Referência e do Contrato;
- o) Acompanhar e analisar todos os casos de afastamento por doença ocupacional e acidente de trabalho;
- p) Providenciar a atualização do programa com vigência anual PCMSO, de forma a garantir o cumprimento da legislação pertinente;
- q) Fornecer à Gerência de Gestão de Pessoas na Sede da TELEBRAS, a qualquer tempo, quando solicitado, livre acesso às informações e relatórios estatísticos do sistema informatizado de controle dos serviços efetuados pela empresa CONTRATADA;
- q.1) Repassar, sempre que solicitado pelo CONTRATANTE, pareceres sobre questionamentos referentes ao PCMSO;
- r) Manter os registros dos exames médicos realizados nos(as) empregados(as) da CONTRATANTE conforme descrito no programa, bem como guardar os arquivos pelo o período de 20 (vinte) anos após a demissão do(a) empregado(a) da CONTRATANTE e enquanto durar a prestação destes serviços, ou por ocasião do término ou rescisão do Contrato, quando toda a documentação deverá ser repassada a CONTRATANTE;
- s) Informar aos Fiscais, ou aos seus substitutos, quando for o caso, a ocorrência de qualquer anormalidade, prestando esclarecimentos necessários;
- t) Iniciar imediatamente as providências para o cumprimento de todos os prazos descritos no Contrato, após sua assinatura;
- t.1) O não cumprimento dos prazos implicará na aplicação das penalidades previstas neste Termo de Referência e no Contrato.
- u) Orientar, propor soluções corretivas e preventivas, observando e solicitando providências da CONTRATANTE atinentes aos locais de trabalho, relacionando-se com o Fiscal da CONTRATANTE nas questões de Saúde e Segurança do Trabalho;
- v) Indicar médico pertencente ao seu quadro técnico com registro regular no Conselho Regional de Medicina na especialidade de Médico do Trabalho, bem como no Ministério do Trabalho e Previdência, junto à Secretaria de Segurança e Medicina do Trabalho;



x) Repassar, quando for o caso, ao novo médico coordenador do PCMSO da TELEBRAS, todos os arquivos referentes a suas pessoas empregadas, inclusive na hipótese de rescisão ou término da vigência contratual;

z) Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da contratação, salvo mediante prévia e expressa autorização da TELEBRAS;

aa) Apresentar a correspondente nota fiscal até o 10º dia do mês subsequente ao da prestação do serviço;

bb) Manter, durante a vigência do contrato, escritório de representação na região do Plano Piloto, em Brasília, mantendo sempre atualizados na TELEBRAS razão social, CNPJ, endereço e telefone;

cc) Produzir os resultados dispostos neste Termo de Referência e no Contrato, sendo vedada a inexecução ou a execução com a qualidade abaixo da mínima exigida das atividades contratadas;

dd) Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

7.1.6. Caberá à CONTRATADA a responsabilidade integral pelo registro, gestão e envio das informações relativas à Saúde e Segurança do Trabalho no âmbito do eSocial, promovendo a transmissão tempestiva e fidedigna dos dados ao Governo Federal, incluindo, mas não se limitando, aos seguintes eventos:

- **S-2210** – Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT);
- **S-2220** – Monitoramento da Saúde do Trabalhador (ASO e exames ocupacionais);
- **S-2240** – Condições Ambientais do Trabalho – Fatores de Risco;
- **S-2230** – Afastamentos Temporários, incluindo aqueles decorrentes de acidentes ou doenças ocupacionais, bem como licença-maternidade;

7.1.6.1. A CONTRATADA deverá assegurar a consistência, integridade e atualização das informações prestadas, promovendo sua integração com os programas de Saúde e Segurança do Trabalho vigentes (PGR, PCMSO, LTCAT, entre outros), bem como responsabilizar-se pela correta classificação dos eventos e enquadramentos legais aplicáveis.

7.1.6.2. Deverão ser rigorosamente observados os prazos, layouts, regras de validação e formas de envio estabelecidos na legislação vigente, em especial o disposto no art. 3º da Portaria Conjunta MTP/RFB/ME nº 2, de 19 de abril de 2022, e demais normativos correlatos que regem o Sistema Simplificado de Escrituração Digital das Obrigações Previdenciárias, Trabalhistas e Fiscais (eSocial).

7.1.6.3. O descumprimento das obrigações previstas neste item sujeitará a CONTRATADA às penalidades cabíveis, sem prejuízo da responsabilização por eventuais autuações ou prejuízos causados à CONTRATANTE.

8. HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

8.1 Qualificação Técnica

8.1.1 Um dos critérios para seleção do fornecedor é a comprovação de habilitação técnica, nos termos do inciso VIII do art. 24 do Regulamento de Licitação da TELEBRAS, sendo admitida a exigência de qualificação compatível com a complexidade, o risco e a essencialidade dos serviços objeto deste Termo de Referência. Para fins de comprovação da qualificação técnica, as licitantes deverão apresentar:



8.1.1.1 Atestado(s) de capacidade técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) a execução, atual ou pretérita, por, no mínimo, 24 (vinte e quatro) meses, com qualidade satisfatória, de serviços de Saúde e Segurança do Trabalho – SST, pertinentes e compatíveis com o objeto deste Termo de Referência, incluindo, obrigatoriamente:

- a) elaboração e gestão de PCMSO e PGR;
- b) emissão e gestão de ASO;
- c) experiência comprovada no cumprimento das obrigações do eSocial SST, especialmente nos eventos S-2210, S-2220 e S-2240.

8.1.1.1.1. O(s) atestado(s) deverá(ão) conter:

- a) a razão social, CNPJ e endereço completo da empresa emissora;
- b) nome, CPF, cargo e telefone do atestador, que deverá ser responsável legal da empresa;
- c) descrição detalhada do objeto executado; e
- d) período de prestação dos serviços.

8.1.1.2 O(s) atestado(s) deverá(ão) comprovar, ainda:

- a) atendimento a, no mínimo, 210 (duzentas e dez) vidas; e
- b) execução de serviços em múltiplas unidades ou localidades, com atuação regional, estadual ou nacional, de forma a demonstrar capacidade operacional compatível com a abrangência e o porte do Contrato.

8.1.1.3 A licitante deverá comprovar experiência mínima de 24 (vinte e quatro) meses de atuação na área de Saúde e Segurança do Trabalho – SST, contados a partir do registro do seu ato constitutivo.

8.1.1.3.1 A exigência de comprovação de experiência mínima de 24 (vinte e quatro) meses na execução de serviços compatíveis com o objeto da contratação decorre da necessidade de assegurar que o futuro contratado possua maturidade operacional comprovada, adquirida ao longo de ciclos completos de planejamento, execução, monitoramento e correção de falhas.

8.1.1.3.2 O prazo fixado não é aleatório, correspondendo a dois ciclos anuais completos de operação, suficientes para demonstrar estabilidade na prestação do serviço, capacidade de gestão de riscos e atendimento contínuo aos níveis de desempenho exigidos.

8.1.1.3.3 A exigência guarda proporcionalidade com a complexidade e criticidade do objeto, bem como com o prazo contratual previsto, não configurando restrição indevida à competitividade, nos termos do art. 31 e do art. 58, II, da Lei nº 13.303/2016

8.1.2 Equipe Técnica Mínima: A licitante deverá comprovar, como condição para a assinatura do contrato, a disponibilidade de equipe técnica própria ou contratada, compatível com a execução do objeto, composta, no mínimo, por:

- a) Médico do Trabalho, regularmente inscrito no respectivo conselho profissional - CRM e com Registro de Qualificação de Especialista - RQE em Medicina do Trabalho, que atuará como coordenador do PCMSO, com comprovação de experiência mínima de 24 (vinte e quatro) meses na coordenação de programas de saúde ocupacional em empresas de grau de risco similar;
- b) Engenheiro de Segurança do Trabalho ou Técnico de Segurança do Trabalho, com experiência comprovada na elaboração e gestão de PGR, LTCAT e AET;



c) Declaração de disponibilidade de equipe multiprofissional de apoio, incluindo profissionais de enfermagem e suporte técnico, em quantidade compatível com a execução contínua dos serviços.

8.1.3 Estrutura Operacional e Rede de Atendimento: A licitante deverá comprovar possuir estrutura operacional própria ou rede credenciada ativa, compatível com a abrangência geográfica do contrato, incluindo, quando aplicável:

a) não será exigida a manutenção de estrutura própria em todas as localidades de execução dos serviços, admitindo-se a subcontratação parcial para atividades específicas; contudo, deverá a contratada comprovar a existência de escritório físico e estrutura mínima de atendimento em Brasília/DF, de modo a assegurar a adequada interlocução com a fiscalização contratual, bem como a agilidade no suporte técnico e no atendimento às demandas institucionais;

b) condições logísticas para execução dos serviços nos prazos previstos;

c) rede ativa, própria ou credenciada, nas capitais ou localidades previstas no escopo contratual.

8.1.3.1 Deverá ser comprovada a existência de sistema informatizado de gestão de SST, capaz de registrar, gerenciar e fornecer informações relativas a PCMSO, ASO, CAT e eventos do eSocial, garantindo rastreabilidade e conformidade legal.

8.1.4 Experiência em eSocial SST: A licitante deverá comprovar experiência prévia na gestão e transmissão das informações de SST ao eSocial, podendo esta comprovação ocorrer por meio de atestado(s) técnico(s) ou declaração devidamente justificada, relacionada aos eventos S-2210, S-2220 e S-2240.

8.1.5 Manutenção das Condições de Habilitação: Na assinatura do contrato e durante toda a sua vigência, será exigida a manutenção de todas as condições de habilitação e qualificação técnica previstas neste Termo de Referência, sob pena das sanções cabíveis.

9. LOCAL DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

9.1. A contratada deverá disponibilizar rede credenciada ou própria para realização dos exames ocupacionais, em locais que permitam acesso adequado aos(as) empregados(as) da TELEBRAS, observando-se a razoabilidade de deslocamento dentro da região metropolitana de cada unidade atendida, podendo a execução dos serviços abranger todo o território nacional, conforme a necessidade da Telebras. A aplicação de vacinas poderá ser realizada nas dependências da CONTRATANTE ou da CONTRATADA ou, ainda, nas dependências das entidades contratadas por ela, com consultórios devidamente equipados e profissionais qualificados.

9.1.1. Na impossibilidade de o(a) empregado(a) se deslocar, a CONTRATADA deverá realizar a consulta clínica domiciliar ou hospitalar para os exames ocupacionais relativos ao afastamento ou retorno, quando solicitado pela CONTRATANTE.

10. VIGÊNCIA DO CONTRATO

10.1. O Contrato decorrente do processo licitatório terá vigência de 05 (cinco) anos, contados da data de sua assinatura, nos termos do art. 71 da Lei nº 13.303/2016 e do art. 119 do Regulamento de Licitações e Contratos da Telebras – RELIC.

10.2. Decorridos 12 (doze) meses da assinatura do Contrato, qualquer das partes poderá promover a rescisão imotivada (denúncia) deste instrumento, mediante comunicação formal à outra parte, com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias.

10.3. Durante o período de aviso prévio mencionado no item anterior, a CONTRATADA deverá assegurar a continuidade regular da prestação dos serviços, mantendo todas as obrigações contratuais até o término da vigência.

11. DO REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS



11.1. O regime de execução dos serviços objeto desta contratação será o de empreitada por preço unitário, conforme disposto no art. 42 da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, combinado com o inciso XXIII do art. 8º do Regulamento de Licitações e Contratos da Telebras (RELIC).

11.2. Neste regime, a remuneração da CONTRATADA será calculada com base nas quantidades efetivamente executadas e medidas, aplicando-se os valores unitários contratados, observadas as condições e limites estabelecidos neste Termo de Referência e no Contrato.

12. GARANTIA CONTRATUAL

12.1. A CONTRATADA deverá prestar garantia contratual no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contados da data de sua assinatura, conforme o disposto no art. 70 da Lei nº 13.303/2016 e no art. 117, § 5º, do Regulamento de Licitações e Contratos da Telebras (RELIC).

12.1.1. A Telebras poderá, mediante justificativa expressa, reduzir ou dispensar a garantia contratual, quando comprovada a necessidade de início imediato da execução ou a inviabilidade prática de sua prestação, sem prejuízo da responsabilização integral da CONTRATADA por eventuais danos ou prejuízos.

12.2. A garantia poderá ser prestada, a critério da CONTRATADA, em uma das seguintes modalidades:

- I – caução em dinheiro;
- II – seguro - garantia; ou
- III – fiança bancária.

12.3. A garantia, qualquer que seja sua modalidade, assegurará à Telebras o ressarcimento de:

- I – prejuízos decorrentes do inadimplemento contratual ou do não cumprimento do objeto;
- II – danos causados à Telebras ou a terceiros, por culpa ou dolo da CONTRATADA;
- III – multas contratuais aplicadas; e
- IV – obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias não adimplidas.

12.4. A CONTRATADA deverá recompor a garantia utilizada total ou parcialmente no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da notificação pela Telebras.

12.5. Em caso de alteração do valor contratual a garantia deverá ser readequada proporcionalmente, às expensas da CONTRATADA.

12.6. A garantia será liberada ou restituída, devidamente atualizada quando for o caso, no prazo de até 3 (três) meses após:

- I – a comprovação do adimplemento de todas as obrigações trabalhistas e previdenciárias, quando houver dedicação exclusiva de mão de obra; ou
- II – a conclusão da execução contratual, nos demais casos.

12.7. A Telebras não executará a garantia nas hipóteses de:

- I – caso fortuito ou força maior;
- II – fato da Administração que impeça a execução; ou
- III – ato ilícito doloso praticado por empregado(a) da Telebras.

12.8. A não apresentação da garantia no prazo estabelecido configura descumprimento contratual, sujeitando a CONTRATADA às penalidades previstas neste Termo de Referência e no Contrato.



13. DAS SANÇÕES

13.1. A CONTRATADA ficará sujeita às sanções administrativas previstas nos art. 83 da Lei nº 13.303 de 30 de junho de 2016 e no art. 138 do Regulamento de Licitações e Contratos da Telebras, a serem aplicadas pela autoridade competente da Telebras, conforme a gravidade do caso, assegurado o direito à ampla defesa, sem prejuízo do ressarcimento dos danos porventura causados à Telebras e das cabíveis cominações legais.

13.1.1. O art. 138 do Regulamento de Licitações e Contratos da Telebras traz as seguintes sanções, as quais poderão ser aplicadas ao Contratado, conforme gravidade da conduta passível de punição:

I- advertência escrita;

II - multa;

III - suspensão temporária para participar de licitação e impedimento de contratar com a TELEBRAS, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

13.2. Comete infração administrativa, nos termos do art. 83 da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, a CONTRATADA que:

a) der causa à inexecução total ou parcial do contrato;

b) causar atraso na execução do objeto;

c) fraudar na execução contratual;

d) comportar-se de modo inidôneo; ou

e) cometer fraude fiscal.

13.2.1 Pela inexecução total ou parcial do contrato, a CONTRATADA ficará sujeita às seguintes penalidades, sem prejuízo das demais previstas na Lei nº 13.303/2016:

a) advertência;

b) multa moratória de até 0,5% por dia de atraso, limitada a 10% do valor da parcela inadimplida;

c) multa compensatória por inexecução parcial de até 15% do valor da obrigação não cumprida;

d) multa compensatória por inexecução total de até 20% do valor total do contrato;

e) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a TELEBRAS, nos termos da legislação aplicável.

TABELA 2		
PENALIDADE	DETALHAMENTO DA INFRAÇÃO	INCIDÊNCIA
a)	Não cumprir os subitens: 4.2.1.2; 4.2.1.4, incisos III e VI; 4.2.1.6; 4.2.2.1; 4.2.2.2; 4.2.2.3; 4.2.2.4; 4.2.3; 4.2.3.1; 4.2.3.2; 4.2.7 incisos IV e V; 4.2.10.1; 4.2.11.1.	Por ocorrência.
		Por ocorrência. Sem prejuízo da



b)	Não cumprir os subitens: 4.1; 4.2.1.4 incisos I, II, V, VII, VIII, IX; 4.2.1.5; 4.2.2; 4.2.5; 4.2.6; 4.2.7 incisos I,II,III; 4.2.3.4; 7.1.3; 7.1.4.	possibilidade de rescisão do contrato
c)	Pela recusa em iniciar a prestação dos serviços, assinar o contrato, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, após regularmente convocada; Não cumprir os subitens: 4.2.1.1; 4.2.1.3; 4.2.1.4; 4.2.2.1 letra c.1); 4.2.5.2; 4.2.7 inciso VI e VII; 4.2.8; 4.2.9; 4.2.9.3; 4.2.10; 4.2.11; 7.1; 7.1.2; 7.1.5 letras b), d), f), h), j), k), l), m), n), o), p), r), t), v).	Sem prejuízo da possibilidade de rescisão do contrato e aplicação das demais penalidades previstas no TR Por ocorrência
d)	Em caso de inexecução total da obrigação assumida e/ou descumprir item 7.1.5 letra g).	Sem prejuízo da possibilidade de rescisão do contrato e aplicação das demais penalidades
e)	Não cumprir o item 7.1.5, letra cc).	Sem prejuízo da possibilidade de rescisão do contrato e aplicação das demais penalidades

13.3. Durante o período de vigência contratual, o acúmulo de condutas faltosas cometidas de forma reiterada, de mesma classificação ou não, bem como as reincidências, poderá ensejar a aplicação, pela TELEBRAS, de penalidades correspondentes às faltas de maior gravidade. A eventual relevação de qualquer falta pela TELEBRAS não implicará em novação, tampouco afastará a possibilidade de aplicação de penalidades em caso de reincidência.

13.4. Em qualquer hipótese de aplicação de sanções administrativas, será assegurado à CONTRATADA o exercício do contraditório e da ampla defesa, nos termos do art. 83 da Lei nº 13.303/2016 e do art. 138 do Regulamento de Licitações e Contratos da Telebras.

13.5. Será considerada falta grave, passível de rescisão imediata do contrato, sem prejuízo da aplicação das sanções pecuniárias cabíveis e da declaração de suspensão temporária para participar de licitação e impedimento de contratar com a TELEBRAS, por prazo não superior a 2 (dois) anos, nos termos do art. 83, § 3º, da Lei nº 13.303/2016, o descumprimento do item 7.1.5, letra “g”, deste Termo de Referência.

13.6. Considerando o caráter da presente contratação, a aplicação das penalidades deverá observar a necessidade de continuidade dos serviços essenciais, de modo a não comprometer a execução das atividades de saúde e segurança do trabalho até a decisão final do processo administrativo sancionador, resguardando-se, contudo, o interesse público e a regularidade contratual.



13.7. Caso o valor da multa aplicada seja superior ao da garantia prestada, além da perda desta, a CONTRATADA responderá pela diferença, que poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela TELEBRAS ou cobrada judicialmente.

13.8. A CONTRATADA terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da comunicação da penalidade, para efetuar o pagamento voluntário da multa aplicada.

13.9. O valor da multa, após o devido processo administrativo e o trânsito em julgado na esfera administrativa, poderá ser:

I – desconto dos pagamentos devidos à CONTRATADA; ou

II – cobrado diretamente, por via amigável ou judicial, se não houver valores suficientes a compensar.

13.10. As penalidades aplicadas à CONTRATADA serão obrigatoriamente registradas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e em demais cadastros públicos que venham a substituí-lo ou complementá-lo, nos termos da legislação vigente.

13.11. As sanções previstas nesta cláusula são autônomas e independentes entre si, podendo ser aplicadas isolada ou cumulativamente, de acordo com a gravidade da infração e sem prejuízo de outras medidas administrativas, civis ou penais cabíveis.

13.12. Quando o pagamento da multa for realizado por depósito, este deverá ser efetuado em conta indicada pela TELEBRAS, mediante guia de recolhimento emitida pela autoridade competente, ou, quando houver garantia contratual, poderá ser deduzido do respectivo valor.

13.13. Além das multas previstas, caso a TELEBRAS já tenha efetuado pagamento à CONTRATADA e esta não tenha sanado as irregularidades apuradas no prazo concedido, deverá ressarcir integralmente o valor recebido, devidamente atualizado pelo índice IGP-DI, ou outro que venha a substituí-lo, a contar da data do pagamento até o efetivo ressarcimento.

13.14. As penalidades somente poderão ser relevadas em situações excepcionais, devidamente justificadas e comprovadas por escrito, a critério da autoridade competente da TELEBRAS, desde que a solicitação seja formalizada antes do vencimento do prazo contratual ou do prazo fixado para o cumprimento da obrigação.

14. DA RESCISÃO CONTRATUAL

14.1. Nos termos do art. 69 da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, e dos arts. 116 e seguintes do Regulamento de Licitações e Contratos da Telebras, o contrato decorrente deste Termo de Referência poderá ser rescindido, de forma unilateral ou amigável, conforme as hipóteses legalmente previstas.

14.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o exercício do contraditório e da ampla defesa, nos termos do art. 83 da Lei nº 13.303/2016.

14.3. O termo de rescisão, sempre que possível, deverá conter:

I – o balanço das obrigações contratuais já cumpridas ou parcialmente executadas, em relação ao cronograma físico - financeiro atualizado;

II – a relação dos pagamentos efetuados e dos valores ainda devidos;

III – as indenizações, multas e demais encargos aplicáveis; e

IV – as providências relativas à continuidade dos serviços essenciais, a fim de evitar descontinuidade das atividades.



14.4. Caso a CONTRATADA cometa falhas sucessivas ou demonstre desempenho insatisfatório ou imperícia na execução de determinado (s) tipo (s) de serviço (s) compreendido (s) no escopo do presente contrato, o CONTRATANTE reserva-se o direito de, ao seu critério, executar diretamente ou adjudicar os serviços em questão à outra empresa, nos termos da Lei, após comunicação por escrito à CONTRATADA, sendo certo que a CONTRATADA arcará com todas as despesas daí decorrentes.

14.5. A utilização, pelo CONTRATANTE, do direito a ele assegurado no parágrafo anterior, não implicará, necessariamente, em renúncia aos demais recursos postos à sua disposição por este contrato, não cabendo à CONTRATADA reivindicações de quaisquer naturezas em consequência da aplicação, pelo CONTRATANTE, do disposto no caput.

15. PAGAMENTO

15.1. O pagamento pelos serviços descritos no Encarte A será efetuado sob demanda, de acordo com a quantidade efetiva de avaliações clínicas, exames médicos realizados e demais produtos entregues, mediante apresentação de Nota Fiscal/Fatura detalhada, conforme o item 4 deste Termo de Referência.

15.2. A Nota Fiscal/Fatura poderá ser entregue presencialmente no setor de Protocolo da TELEBRAS ou enviada por meio eletrônico, conforme orientações da CONTRATANTE, nas datas definidas no início da execução contratual ou de cada exercício financeiro.

15.3. O pagamento somente será realizado após o ateste da Nota Fiscal/Fatura pelo(a)Fiscal do Contrato, que verificará a conformidade dos serviços prestados e dos documentos apresentados.

15.4. Nenhuma Nota Fiscal/Fatura poderá ser atestada pelo(a) Fiscal do Contrato sem que seja apresentado pela CONTRATADA o efetivo pagamento dos serviços prestados no mês anterior por suas parceiras, credenciadas ou subcontratadas.

15.4.1. O pagamento da contratada será condicionado à comprovação de quitação com a rede credenciada, sem prejuízo da aplicação das penalidades contratuais cabíveis.

15.5. A CONTRATANTE poderá, a seu critério, exigir a emissão de mais de uma Nota Fiscal por pagamento mensal, conforme a localidade dos serviços prestados, abrangendo a Sede da TELEBRAS e o COPE-P em Brasília/DF, o COPE-S no Rio de Janeiro/RJ, Escritório Regional de Belém/PA, Escritório Regional de Fortaleza /CE, Escritório Regional de Porto Alegre/RS e Escritório Regional de São Paulo/SP.

15.6. Os pagamentos serão efetuados pela CONTRATANTE, por meio de ordem bancária, em até 10 (dez) dias úteis contados a partir da data do ateste da Nota Fiscal/Fatura pelo (a)Fiscal do Contrato.

15.7. As Notas Fiscais/Faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à CONTRATADA para as devidas correções. Nesse caso, o prazo de pagamento passará a contar a partir da reapresentação do documento devidamente corrigido.

15.8. Somente serão pagos os quantitativos efetivamente confirmados pelo(a) Fiscal do Contrato.

15.9. A CONTRATANTE reserva-se o direito de recusar o pagamento caso os serviços executados ou produtos entregues não estejam em conformidade com as especificações técnicas, apresentem falhas ou não estejam em perfeitas condições de funcionamento, até que as irregularidades sejam sanadas.

15.10. A Nota Fiscal/Fatura deverá ser acompanhada da comprovação de regularidade fiscal e trabalhista da CONTRATADA, verificada por meio de consulta ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso, mediante comprovação atualizada junto aos sítios eletrônicos oficiais do INSS, FGTS, Receita Federal e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.



15.11. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto houver pendência de liquidação de obrigações financeiras decorrentes de penalidades ou inadimplementos contratuais, sem que isso gere direito a pleito de reajuste, indenização ou correção monetária.

15.12. Nos casos de eventuais atrasos no pagamento da Nota Fiscal/Fatura devidamente atestada, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para o atraso, o valor devido será atualizado financeiramente até a data do efetivo pagamento, de acordo com a variação do Índice de Preços ao Consumidor (IPC), pro rata die, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times IPC_f / IPC_i$$

Onde:

EM = valor corrigido;

I = valor original da Nota Fiscal/Fatura;

IPC_f = índice do mês do pagamento;

IPC_i = índice do mês do vencimento da obrigação.

15.13. Para execução do pagamento, a CONTRATADA deverá emitir 6 (seis) Notas Fiscais, 1 (uma) contemplando os serviços prestados para a Sede da Telebras e COPE-P em Brasília, 1 (uma) para o COPE-S no Rio de Janeiro/RJ, 1 (uma) para o Escritório Regional de São Paulo, 1 (uma) para o Escritório Regional de Belém, 1 (uma) para o Escritório Regional de Fortaleza e 1 (uma) para o Escritório Regional de Porto Alegre. A Nota Fiscal deve ser emitida sem emendas, rasuras ou borrões, em letra bem legível, em nome da TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. TELEBRAS, CNPJ nº 00.336.701/0001-04, Inscrição Estadual nº 07.320.981/001-25, com o endereço no SIG - Quadra 04 bloco A salas 201 a 224 - Edifício Capital Financial Center, Brasília - DF - CEP 70.610-440, o nome do Banco, o número de sua conta bancária e a respectiva Agência. Caso a CONTRATADA seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - SIMPLES deverá apresentar, juntamente com a nota fiscal/fatura, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor.

15.13.1. Caberá à CONTRATADA destacar na Nota Fiscal ou Fatura os tributos incidentes sobre o valor dos serviços contratados, conforme previsto na Lei Federal nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, e na Instrução Normativa RFB nº 2.145, de 26 de junho de 2023, ou em outras normas que venham a substituí-las.

5.13.2. A CONTRATANTE efetuará as retenções tributárias que incidirem sobre o valor dos serviços contratados, conforme previsto na Lei Federal nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, e na Instrução Normativa RFB nº 2.145, de 26 de junho de 2023, ou em outras normas que venham a substituí-las.

15.14. A liberação do pagamento ficará condicionada à:

15.14.1. Consulta *on-line* ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF ou por meio das certidões expedidas pelos órgãos competentes, devidamente atualizadas;

15.14.2. No caso de incorreção nos documentos apresentados, inclusive na Nota Fiscal/Fatura, serão os mesmos restituídos ao Licitante Vencedor para as correções necessárias, não respondendo a TELEBRAS por quaisquer encargos resultantes de atrasos na liquidação dos pagamentos correspondentes; e

15.14.3. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta.

16. DO REAJUSTE

16.1. Somente será admitida a revisão dos valores contratados para fins de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, mediante solicitação formal e comprovação inequívoca do desequilíbrio, conforme disposto no art. 82 da Lei nº 13.303/2016 e no art. 121 do Regulamento de Licitações e Contratos da Telebras.



16.2. Os valores contratuais poderão ser reajustados após o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contado da data da apresentação da proposta ou do orçamento a que se referir, mediante aplicação da variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, divulgado pelo IBGE, ou outro índice que venha a substituí-lo. O reajuste será formalizado por apostilamento, nos termos da legislação aplicável.

17. DA SUSTENTABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

17.1. A CONTRATADA deverá observar, durante toda a execução contratual, as normas e recomendações emitidas pelos órgãos ambientais competentes, bem como as disposições da Instrução Normativa SEGES/ME nº 01, de 10 de janeiro de 2019, e demais legislações correlatas que tratam da sustentabilidade nas contratações públicas.

17.2. Deverão ser priorizados, sempre que possível, materiais, insumos e produtos reciclados, recicláveis, atóxicos, biodegradáveis ou que possuam menor impacto ambiental, observando-se as Normas Brasileiras – NBR da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) referentes ao descarte de resíduos sólidos, gerenciamento de materiais contaminantes e eficiência no uso de recursos naturais.

17.3. A CONTRATADA será integralmente responsável por prevenir, mitigar e reparar eventuais danos ambientais ou sociais decorrentes de suas atividades, devendo adotar imediatamente as medidas cabíveis para a correção de passivos ambientais que venham a ocorrer durante a execução contratual, sem ônus adicional à TELEBRAS.

17.4. Serão observadas as diretrizes de desenvolvimento nacional sustentável previstas no art. 3º da Lei nº 14.133/2021, no art. 31 da Lei nº 13.303/2016, e nas políticas e normativos internos da TELEBRAS voltados à responsabilidade socioambiental e à governança corporativa (ESG), de forma a garantir que as contratações contribuam para a proteção ambiental, o desenvolvimento social e a eficiência no uso de recursos públicos.

18. FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO

18.1. A execução destes serviços será acompanhada e fiscalizada por Fiscais especialmente designados, lotados na sede da TELEBRAS, no COPE-S no Rio de Janeiro e nos Escritórios Regionais de Belém, São Paulo, Fortaleza e Porto Alegre, ao qual competem dirimir, junto à CONTRATADA, as dúvidas que surgirem no curso da prestação dos serviços;

18.2. A fiscalização mencionada no item 18.1 acima não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, ou ainda, resultante de imperfeições técnicas ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da TELEBRAS.

18.2.1. A fiscalização não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de qualquer responsabilidade da CONTRATADA para outras entidades, sejam clínicas, laboratórios, médicos, dentre outros;

18.3. A qualquer tempo, a fiscalização poderá solicitar, a seu critério, a substituição de qualquer prestador considerado inadequado.

18.4. À TELEBRAS será reservado o direito de rejeitar, no todo ou em parte, os serviços prestados, se em desacordo com o Edital ou com as especificações, devendo a CONTRATADA refazer ou substituir as partes que apresentem defeitos, sem ônus adicionais à TELEBRAS.

18.5. A gestão do contrato caberá ao Gerente de Gestão de Pessoas da TELEBRAS.

19. DA ESTRUTURAÇÃO DO OBJETO EM LOTE ÚNICO

19.1 Considerando o caráter da contratação e a necessidade de garantir uniformidade técnica e agilidade na execução dos serviços de Saúde e Segurança do Trabalho, a TELEBRAS adota **lote único**, abrangendo simultaneamente a Sede da Telebras e o COPE-P em Brasília/DF, o COPE-S no Rio de Janeiro e os Escritórios



Regionais de Belém/PA, São Paulo/SP, Fortaleza/CE e Porto Alegre/RS. A escolha fundamenta-se nos seguintes aspectos:

- a) **Uniformiza procedimentos técnicos**, garantindo coerência na execução do PCMSO e nos exames obrigatórios, independentemente da localidade dos(das) empregados(as);
- b) **Evita fragmentação do objeto**, o que reduziria a eficiência administrativa e criaria riscos de descontinuidade;
- c) **Assegura maior celeridade**, pois a empresa contratada será responsável pela coordenação integral dos serviços, sem necessidade de gestão de múltiplos fornecedores;
- d) Garante atendimento aos(as) empregados(as) da TELEBRAS em todas as unidades abrangidas por esta contratação, incluindo sede e escritórios regionais.
- e) A ampla oferta de prestadores no mercado permite que um único fornecedor atenda ambas as localidades sem prejuízo operacional.

19.2 Dessa forma, a contratação em lote único preserva a economicidade, a eficiência na gestão contratual e os princípios que regem a contratação, garantindo atendimento imediato às unidades envolvidas.

20. DO CONSÓRCIO E DA SUBCONTRATAÇÃO E DA FORMA DE AGRUPAMENTO DO OBJETO

20.1. É vedada a participação de consórcios nesta contratação, em razão da ampla disponibilidade de empresas capazes de executar o objeto individualmente no mercado, o que garante a competitividade, e da possibilidade de seleção de fornecedor único que será responsável técnica e operacionalmente pela totalidade da execução contratual.

20.2. A subcontratação de serviços específicos poderá ser admitida, desde que previamente autorizada pela TELEBRAS e limitada às atividades acessórias ou complementares ao objeto principal do contrato, permanecendo a CONTRATADA integralmente responsável pela execução contratual.

20.3. A subcontratação deverá restringir-se exclusivamente à realização de exames ou procedimentos complementares, preservando-se a coerência técnica do PCMSO, o cumprimento de prazos e o atendimento imediato aos(as) empregados(as) da TELEBRAS, e desde que haja aprovação da Telebras.

21. DO FORO

21.1 Fica eleita a Circunscrição Judiciária de Brasília, para dirimir eventuais controvérsias decorrentes deste Termo de Referência e do contrato dele decorrente.

22. DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIA

22.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos próprios da TELEBRAS, consignados no orçamento da empresa, no programa de trabalho correspondente, conforme disponibilidade orçamentária. O detalhamento da dotação será indicado no momento da formalização do contrato.

23. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

23.1. As dúvidas ou omissões decorrentes da interpretação deste Termo de Referência serão dirimidas pela área responsável pela gestão da contratação, com o apoio da Comissão Permanente de Licitação ou da unidade demandante, conforme o caso, podendo ser prestados esclarecimentos e adotadas medidas complementares que se façam necessárias para a fiel execução do objeto, observadas as normas legais e regulamentares aplicáveis.

24. Anexos

24.1. Encarte A - PRODUTOS A SEREM ENTREGUES SOB DEMANDA



ENCARTE A

PRODUTOS A SEREM ENTREGUES SOB DEMANDA

Tabela 1

Telebras SEDE, COPE-P em Brasília e COPE-S no Rio de Janeiro

DESCRIÇÃO		QTD ANUAL	OBSERVAÇÃO
I	Elaboração, implantação, acompanhamento e avaliação do PCMSO conforme descrito no subitem 4.2.1.	3	Para atendimento das Unidades em Brasília (Telebras sede e COPE-P) e COPE-S no Rio de Janeiro
II	Elaboração de Relatório Mensal do PCMSO conforme descrito no subitem 4.2.6.	12	Para atendimento das Unidades em Brasília (Telebras sede e COPE-P) e COPE-S no Rio de Janeiro
III	Elaboração de Relatório Analítico do PCMSO conforme descrito no subitem 4.2.7.	3	Para atendimento das Unidades em Brasília (Telebras sede e COPE-P) e COPE-S no Rio de Janeiro
IV	Assessoria em Medicina do Trabalho conforme subitem 4.2.11.	5	-
V	Assessoria em Segurança do Trabalho conforme subitem 4.2.10.	5	-
VI	Palestra sobre Medicina do Trabalho conforme subitem 4.2.11.2.	3	--
VII	Palestra sobre Segurança do Trabalho conforme subitem 4.2.10.2.	3	-
VIII	Vacina Antigripal conforme subitem 4.2.9.	476	-
IX	Homologação de Atestados conforme subitem 4.2.3	800	-
X	Hemograma Completo	526	Periódico/Admissional/ Trabalho em altura



XI	Glicemia de Jejum	526	Periódico/Admissional/ Trabalho em altura
XII	Lipidograma Total	526	Periódico e Admissional
XIII	Urina - EAS	526	Periódico e Admissional
XIV	Teste de Sangue Oculto nas Fezes (TSOF) para pessoas com idade igual ou superior a 50 anos	150	Periódico e Admissional
XV	Eletrocardiograma - ECG	230	Periódico/Admissional e Trabalho em altura
XVI	Ácido Úrico	200	Periódico
XVII	PSA Total	150	Periódico
XVIII	Ultrassonografia Abdômen Total	200	Periódico
XIX	Colpocitologia Oncótica	200	Periódico
XX	Ultrassonografia Transvaginal	200	Periódico
XXI	Mamografia Bilateral de Alta Resolução	200	Periódico
XXII	Teste Ergométrico/Esforço	250	Periódico
XXIII	Avaliação Clínica abrangendo anamnese ocupacional e exame físico e mental;	800	Admissional, Demissional, Periódico, Retorno ao Trabalho e Mudança de Função
XXIV	Acuidade Visual (com Optometria/Tonometria/Exame de Fundo de Olho)	400	Periódico/Trabalho em altura
XXV	Audiometria Tonal	60	Trabalho em altura



XXVI	Eletroencefalograma	60	Trabalho em altura
XXVII	Emissão de Laudos Médicos para redução de jornada de trabalho para empregado PcD ou com dependente PcD	20	-
XXVIII	Do Atendimento Psiquiátrico Emergencial	20	-
XXIX	ASSESSORIA EM MEDICINA DO TRABALHO	6	-
XXX	ASSESSORIA EM SEGURANÇA DO TRABALHO	6	-
XXXI	EMIÇÃO CAT	10	-

PRODUTOS A SEREM ENTREGUES SOB DEMANDA

Tabela 2

Escritório Regional de BELÉM/PA

DESCRIÇÃO		QTD ANUAL	OBSERVAÇÃO
I	Elaboração, implantação, acompanhamento e avaliação do PCMSO conforme descrito no subitem 4.2.1.	1	-
II	Elaboração de Relatório Mensal do PCMSO conforme descrito no subitem 4.2.6.	12	-
III	Elaboração de Relatório Analítico do PCMSO conforme descrito no subitem 4.2.7.	1	-
IV	Vacina Antigripal conforme subitem 4.2.9.	4	-



V	Homologação de Atestados conforme subitem 4.2.3	15	-
VI	Hemograma Completo	5	Periódico/Admissional
VII	Glicemia de Jejum	5	Periódico/Admissional
VIII	Lipidograma Total	5	Periódico/Admissional
IX	Urina - EAS	5	Periódico/Admissional
X	Teste de Sangue Oculto nas Fezes (TSOF) para pessoas com idade igual ou superior a 50 anos	5	Periódico/Admissional
XI	Eletrocardiograma - ECG	5	Periódico/Admissional
XII	Ácido Úrico	5	Periódico
XIII	PSA Total	5	Periódico
XIV	Ultrassonografia Abdômen Total	5	Periódico
XV	Colpocitologia Oncótica	2	Periódico
XVI	Ultrassonografia Transvaginal	2	Periódico
XVII	Mamografia Bilateral de Alta Resolução	2	Periódico
XVIII	Teste Ergométrico/Esforço	5	Periódico
XIX	Avaliação Clínica abrangendo anamnese ocupacional e exame físico e mental;	10	Admissional, Demissional, Periódico, Retorno ao Trabalho e Mudança de Função
XX	Acuidade Visual (com Optometria/Tonometria /Exame de Fundo de Olho)	5	Periódico
	Elaboração, implantação, acompanhamento e		



XXI	avaliação do PGR, conforme descrito no subitem 4.2.15.2 do Termo de Referência	1	-
XXII	Elaboração e emissão do LTCAT, conforme descrito no subitem 4.2.15.4. do Termo de Referência	1	-
XXIII	Elaboração do PPP, conforme descrito no subitem 4.2.15.5. do Termo de Referência	4	-
XXIV	Elaboração Laudo e Avaliação Ergonômica, conforme descrito no subitem 4.2.15.3. do Termo de Referência	1	-



PRODUTOS A SEREM ENTREGUES SOB DEMANDA
Tabela 3
Escritório Regional de SÃO PAULO/SP

DESCRIÇÃO		QTD ANUAL	OBSERVAÇÃO
I	Elaboração, implantação, acompanhamento e avaliação do PCMSO conforme descrito no subitem 4.2.1.	1	-
II	Elaboração de Relatório Mensal do PCMSO conforme descrito no subitem 4.2.6.	12	-
III	Elaboração de Relatório Analítico do PCMSO conforme descrito no subitem 4.2.7.	1	-
IV	Vacina Antigripal conforme subitem 4.2.9.	4	-
V	Homologação de Atestados conforme subitem 4.2.3	10	-
VI	Hemograma Completo	4	Periódico/Admissional
VII	Glicemia de Jejum	4	Periódico/Admissional
VIII	Lipidograma Total	4	Periódico/Admissional
IX	Urina - EAS	4	Periódico/Admissional
X	Teste de Sangue Oculto nas Fezes (TSOF) para pessoas com idade igual ou superior a 50 anos	4	Periódico/Admissional
XI	Eletrocardiograma - ECG	4	Periódico/Admissional
XII	Ácido Úrico	4	Periódico
XIII	PSA Total	3	Periódico



XIV	Ultrassonografia Abdômen Total	4	Periódico
XV	Colpocitologia Oncótica	2	Periódico
XVI	Ultrassonografia Transvaginal	2	Periódico
XVII	Mamografia Bilateral de Alta Resolução	2	Periódico
XVIII	Teste Ergométrico/Esforço	4	Periódico
XIX	Avaliação Clínica abrangendo anamnese ocupacional e exame físico e mental;	10	Admissional, Demissional, Periódico, Retorno ao Trabalho e Mudança de Função
XX	Acuidade Visual (com Optometria/Tonometria /Exame de Fundo de Olho)	4	Periódico
XXI	Elaboração, implantação, acompanhamento e avaliação do PGR, conforme descrito no subitem 4.2.15.2 do Termo de Referência	1	-
XXII	Elaboração e emissão do LTCAT, conforme descrito no subitem 4.2.15.4. do Termo de Referência	1	-
XXIII	Elaboração do PPP, conforme descrito no subitem 4.2.15.5. do Termo de Referência	4	-



XXIV	Elaboração Laudo e Avaliação Ergonômica, conforme descrito no subitem 4.2.15.3. do Termo de Referência	1	-
------	--	---	---

PRODUTOS A SEREM ENTREGUES SOB DEMANDA

Tabela 4

Escritório Regional de FORTALEZA/CE

DESCRIÇÃO		QTD ANUAL	OBSERVAÇÃO
I	Elaboração, implantação, acompanhamento e avaliação do PCMSO conforme descrito no subitem 4.2.1.	1	-
II	Elaboração de Relatório Mensal do PCMSO conforme descrito no subitem 4.2.6.	12	-
III	Elaboração de Relatório Analítico do PCMSO conforme descrito no subitem 4.2.7.	1	-
IV	Vacina Antigripal conforme subitem 4.2.9.	7	-
V	Homologação de Atestados conforme subitem 4.2.3	15	-



VI	Hemograma Completo	8	Periódico/Admissional
VII	Glicemia de Jejum	8	Periódico/Admissional
VIII	Lipidograma Total	8	Periódico/Admissional
IX	Urina - EAS	8	Periódico/Admissional
X	Teste de Sangue Oculto nas Fezes (TSOF) para pessoas com idade igual ou superior a 50 anos	5	Periódico/Admissional
XI	Eletrocardiograma - ECG	8	Periódico/Admissional
XII	Ácido Úrico	8	Periódico
XIII	PSA Total	4	Periódico
XIV	Ultrassonografia Abdômen Total	8	Periódico
XV	Colpocitologia Oncótica	5	Periódico
XVI	Ultrassonografia Transvaginal	5	Periódico
XVII	Mamografia Bilateral de Alta Resolução	5	Periódico
XVIII	Teste Ergométrico/Esforço	5	Periódico
XIX	Avaliação Clínica abrangendo anamnese ocupacional e exame físico e mental;	15	Admissional, Demissional, Periódico, Retorno ao Trabalho e Mudança de Função
XX	Acuidade Visual (com Optometria/Tonometria /Exame de Fundo de Olho)	8	Periódico
XXI	Elaboração, implantação, acompanhamento e avaliação do PGR, conforme descrito no subitem 4.2.15.2 do Termo de Referência	1	-



XXII	Elaboração e emissão do LTCAT, conforme descrito no subitem 4.2.15.4. do Termo de Referência	1	-
XXIII	Elaboração do PPP, conforme descrito no subitem 4.2.15.5. do Termo de Referência	8	-
XXIV	Elaboração Laudo e Avaliação Ergonômica, conforme descrito no subitem 4.2.15.3. do Termo de Referência	1	-



PRODUTOS A SEREM ENTREGUES SOB DEMANDA

Tabela 5

Escritório Regional de PORTO ALEGRE/RS

DESCRIÇÃO		QTD ANUAL	OBSERVAÇÃO
I	Elaboração, implantação, acompanhamento e avaliação do PCMSO conforme descrito no subitem 4.2.1.	1	-
II	Elaboração de Relatório Mensal do PCMSO conforme descrito no subitem 4.2.6.	12	-
III	Elaboração de Relatório Analítico do PCMSO conforme descrito no subitem 4.2.7.	1	-
IV	Vacina Antigripal conforme subitem 4.2.9.	4	-
V	Homologação de Atestados conforme subitem 4.2.3	10	-
VI	Hemograma Completo	4	Periódico/Admissional
VII	Glicemia de Jejum	4	Periódico/Admissional
VIII	Lipidograma Total	4	Periódico/Admissional
IX	Urina - EAS	4	Periódico/Admissional
X	Teste de Sangue Oculto nas Fezes (TSOF) para pessoas com idade igual ou superior a 50 anos	4	Periódico/Admissional
XI	Eletrocardiograma - ECG	4	Periódico/Admissional
XII	Ácido Úrico	4	Periódico
XIII	PSA Total	4	Periódico



XIV	Ultrassonografia Abdômen Total	4	Periódico
XV	Colpocitologia Oncótica	2	Periódico
XVI	Ultrassonografia Transvaginal	2	Periódico
XVII	Mamografia Bilateral de Alta Resolução	2	Periódico
XVIII	Teste Ergométrico/Esforço	4	Periódico
XIX	Avaliação Clínica abrangendo anamnese ocupacional e exame físico e mental;	10	Admissional, Demissional, Periódico, Retorno ao Trabalho e Mudança de Função
XX	Acuidade Visual (com Optometria/Tonometria /Exame de Fundo de Olho)	4	Periódico
XXI	Elaboração, implantação, acompanhamento e avaliação do PGR, conforme descrito no subitem 4.2.15.2 do Termo de Referência	1	-
XXII	Elaboração e emissão do LTCAT, conforme descrito no subitem 4.2.15.4. do Termo de Referência	1	-
XXIII	Elaboração do PPP, conforme descrito no subitem 4.2.15.5. do Termo de Referência	4	-



XXIV	Elaboração Laudo e Avaliação Ergonômica, conforme descrito no subitem 4.2.15.3. do Termo de Referência	1	-
------	--	---	---

Brasília, 10 de junho de 2026.

SARAH LIMA MOREIRA MOURA
Especialista Gestao de Telecomunicacoes
Saúde e Medicina do Trabalho

ISABELA AQUINO SCHNEIDER
Gerente
Gerência de Gestão de Pessoas

